

**37° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
ST08 PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS
COORDENADORES:
MARCIA RIBEIRO DIAS (PUCRS)
OSWALDO M E AMARAL (UNICAMP)**

**O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento
Democrático Brasileiro (PMDB):
A Lei da Disparidade Curvilinear posta à prova**

Helcimara de Souza Telles, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG (Brasil)
mara-telles@uol.com.br

Paulo Victor Melo, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG (Brasil)
paulovictormelo@gmail.com

Paper em preparação. Pede-se não reproduzir sem autorização.

Belo Horizonte, Agosto de 2013

Introdução

Os partidos políticos são instituições de extrema relevância em um sistema democrático representativo, pois são os responsáveis pela organização das disputas eleitorais, estruturação dos governos e vocalização dos anseios dos cidadãos no sistema político (Sartori, 1983). No entanto, há poucas análises sobre os partidos políticos brasileiros do atual período democrático. Ao se observar os Programas de Pós-Graduação em Ciência Política do Brasil, a impressão é a de que possuímos um sistema partidário sem partidos políticos. Os estudos feitos no país se dedicam a focalizar os partidos mais como membro do sistema do que a organização em si mesma.

Existem estudos sobre os partidos políticos do atual período democrático. Todavia, têm como foco principal uma ênfase no Partido dos Trabalhadores (PT). Isso pode ser explicado pela sua peculiaridade de ser o único partido que se aproximava de uma tipologia de “partido de massa”, nos moldes das organizações socialistas européias¹.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) é considerado o maior partido brasileiro na atualidade, pois possui o maior número de prefeituras², vereadores, governadores de estados, bancada no Congresso Nacional³ e filiados⁴ (dados de outubro de 2008). Além disso, possui uma origem que remete ao MDB - Movimento Democrático Brasileiro -, que era oficialmente o partido de oposição ao Regime Militar de 1964 a 1985. O PMDB no atual cenário político brasileiro é de crucial importância, devido ao seu tamanho e força, o que o leva a ser convidado a compor os vários governos, independente do seu posicionamento durante a disputa pelo cargo. Por isso, acreditamos ser necessário e oportuno um estudo mais detalhado sobre ele.

Neste artigo, partimos da hipótese de John May (1973), que apresenta divide a estrutura dos partidos em líderes de alto grau (dirigentes), militantes, e eleitores que apresentam uma votação regular no partido ou se declaram identificados com o mesmo. A partir dessa divisão, comparamos as duas extremidades dos componentes, ou seja, os eleitores do partido, de um lado e os seus líderes, do outro. Para tanto, iremos utilizar a como base teórica a *Lei da Disparidade Curvilinear*. A lei afirma que as lideranças partidárias teriam seu comportamento e atitudes mais próximas dos eleitores do que dos militantes do partido. Essa proximidade se daria devido a estas lideranças serem a face pública do partido, sendo assim teriam de assumir uma postura mais em sintonia com os eleitores para a conquista de seus votos. Para testar essa hipótese, contrastamos nesse trabalho as opiniões dos componentes da Executiva Municipal do PMDB e do PT de Belo Horizonte com o conteúdo do seu programa partidário e com os eleitores identificados com o partido, no período das eleições municipais de Belo Horizonte, do ano de 2008.

Para facilitar a compreensão, dividimos este trabalho em cinco seções. Na primeira seção, realizaremos um marco teórico sobre os partidos políticos e sobre a Lei da disparidade curvilinear de John May, com os seus desdobramentos. Na seção 2, apresentaremos um histórico do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com destaque para a sua posição no espectro político de Belo Horizonte, no pleito de 2008. Na terceira parte desse trabalho, será apresentada a metodologia para a comparação entre os eleitores e os líderes do partido. Já na seção 4, realizaremos uma análise exploratória dos dados coletados na pesquisa,

¹ Existem vários estudos que traçam essa aproximação do Partido dos Trabalhadores com a tradição européia. Em uma recente coletânea sobre o partido (Villa & Ângelo, 2009), há um estudo não meramente monográfico sobre o partido, que possibilita a revisão da história de fundação do PT e várias pesquisas que foram feitos sobre o mesmo.

² Tabela 1 nos anexos;

³ Tabela 2, nos anexos;

⁴ Tabela 3, nos anexos;

comparando com os dados dos eleitores identificados com o PMDB. Em seguida, compararemos o PMDB com o PT. Na última seção, apresentamos considerações finais sobre essa análise comparativa, em que buscarei aceitar ou refutar a *Lei da Disparidade Curvilinear* para o PMDB de Belo Horizonte.

1. Aporte Teórico

Para esse trabalho, é necessário delimitar teoricamente dois enfoques: os partidos políticos e algumas notas acerca da concepção ideológica destes partidos. Para proporcionar o melhor diálogo entre os dois pontos fundamentais desse trabalho e a sua compreensão junto ao objeto e ao período estudado elegemos dois pontos que funcionarão como ferramentas de análise e compreensão: primeiro, um maior detalhamento das concepções de estruturas internas dos partidos e, posteriormente, a Lei da Disparidade Ideológica Curvilinear de John May (1973). A primeira ferramenta nos propiciará uma boa demarcação do objeto que dá margem a esse estudo, fornecendo as concepções teóricas sobre essa instituição. Já a segunda ferramenta será o ponto de partida para análise que nos propomos nesse artigo. Através da teoria de John May, poderemos traçar os desvios e semelhanças entre as lideranças municipais do PMDB e do PT em Belo Horizonte com o programa do seu partido e os eleitores que se identificam com o mesmo.

1.1 Partidos Políticos

Os partidos políticos são instituições de reconhecida importância para a os regimes democráticos, responsáveis por organizar a competição eleitoral e governativa dos regimes. Na literatura, são encontradas diferentes concepções deste termo. No entanto, a definição mínima apresentada por Sartori (1976) serve como um bom balizador para uma primeira concepção dessa instituição. “Um partido é qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não) candidatos a cargos públicos” Sartori (1976: 85). Como ponto central apresentada por Sartori, conclui-se que os partidos somente existem se competem em eleições. Na mesma obra, o autor apresenta a função primária dessa instituição, qual seja, a de expressar e agregar as reivindicações da sociedade.

“Os partidos são canais de expressão. Isto é, pertencem, em primeiro lugar e principalmente aos meios de representação: são um instrumento, ou uma agência, de representação do povo, expressando suas reivindicações. (...) Os partidos não expressam apenas, eles também canaliza. Nas palavras de Neumann, os partidos “organizam a caótica vontade pública”. Também agregam, selecionam e, em certos casos, desviam e deformam. Isso realmente ocorre. E a objeção pode ser reforçada afirmando-se que mais do que expressar e refletir a opinião pública, os partidos a modelam e na verdade manipulam.” Sartori (1976: pp. 48 – 50).

No entanto, como ressalta o próprio autor, essa instituição além de expressar as demandas, também às moldam e servem como guia para a atuação de certo grupo de pessoas que confiam nela confiam. A visão alarmista de Sartori deve ser abrandada, pois, nas atuais democracias, os partidos não possuem a importância na modulação dos anseios da sociedade, mas um papel mais próximo a aquele apontado por Downs (1999). Para este autor, os partidos servem de filtros de preferências políticas, significando atalhos para determinadas diretrizes disponíveis. Os cidadãos abdicariam do esforço de obter informações políticas a todo o momento para ancorar as suas decisões, deixando esse custo a cargo do partido com o qual se identificam. .

Os partidos também são responsáveis por organizar o sistema político, recrutar e apresentar para o eleitorado os candidatos para as eleições e constituir o governos e o seu fim último é o de ganhar as eleições (Downs, 1999). Como ressalta o autor, os partidos são máquinas de conquista de votos, tendo sempre em mente estratégias para maximizar as suas chances de sucesso eleitoral. Outro ponto importante que Downs destaca é o uso das concepções ideológicas para a conquista dos votos. O eleitorado tem as suas preferências bem distribuídas em um contínuo, e os partidos observam-na e traçam a melhor estratégia para se posicionarem, no sentido de conquistarem votos.

A primeira configuração de um grupo de indivíduos que apresentavam candidatos a democracia apontada pela teoria é denominada como “partidos de quadros”. Maurice Duverger (1980) os caracteriza da seguinte forma: são compostos por membros pouco numerosos - geralmente pessoas influentes da sociedade que não necessitam dos partidos como alavanca para os seus votos, dado que apenas por sua posição já alcançam o coeficiente necessário para o sucesso eleitoral. Por isso, acreditam que a qualidade dos seus membros é o diferencial do seu partido. Outra característica importante deste modelo diz financiamento. Os membros desse partido são pessoas de destaque na sociedade, e por isso, são os responsáveis pela manutenção das organizações. Quanto à ideologia, o que guia as suas atitudes é a conquista dos votos e, por conseguinte cadeiras ou cargos de governo. No caso deste modelo, os notáveis/candidatos/líderes são os responsáveis por conduzir as massas nas eleições e para manter contatos com os candidatos. E, por último, essas agremiações se reuniam apenas na época eleitoral, sendo pequena a estruturação burocrática de representação. Os partidos eram totalmente baseados em seus membros, sendo o partido apenas um mecanismo formal necessário para se lançarem à arena eleitoral.

A existência desse modelo partidário foi possível devido às características do período que eles iniciam a sua atuação, entre o século XVIII e o século XIX, quando o voto era restrito a apenas algumas esferas da sociedade. Todavia, com o início do século XIX, as condições da sociedade se alteraram e, com elas a do eleitorado. Essa mudança envolve o sistema político e propicia a emergência de outro modelo partidário: o partido de massas. Essa organização apresenta algumas características opostas ao modelo predecessor. Os membros que compõem os partidos são pessoas sem brilho, ou seja, não são expoentes na sociedade. Outro ponto diz respeito à quantidade dos membros: são numerosos e existem diferentes camadas dentro do próprio partido. Distingue-se, ainda, em relação à permanência das atividades. Este modelo possui atividades e burocracia por tempo ininterrupto. E, entre suas funções, encontra-se a educação das massas. Quanto aos vínculos com os eleitores, estes são mais consistentes, pois o eleitor se identifica mais com as posições defendidas pelos partidos e não diretamente com os candidatos. Estes vínculos tornam os candidatos mais dependentes das organizações.

Todavia, com as transformações sociais e políticas, emergem estruturas partidárias de outra tipologia, apontada pela literatura como *catch all party* (Kirchheimer). O século XX produz aceleradas modificações cognitivas e sociais, diminuição da identidade ideológica e a relevância das mídias. O somatório destas alterações levou às modificações dos partidos, que passam a cumprir um processo de transição de um modelo ideológico para um modelo competitivo de partido profissional-eleitoral, assumindo como característica principal a maximização de votos e cargos, ou seja, constituem-se como uma estrutura profissional para auxiliar os candidatos a ganhar eleições.

Otto Kirchheimer, em *The Transformation of the Western European Party System* (1968), identificava esta mudança em associação com um movimento de perda dos vínculos com as classes sociais (como se observava nos partidos de massa), e da progressiva adequação de sua mensagem e de sua estrutura a um público mais amplo, na tentativa de expandir sua votação e conquistar cargos. A transformação destes partidos em *catch-all*, ou partidos pega-tudo, como ele os denominou, não resulta no rompimento total com a classe de origem do

partido, mas na sua abertura a outros grupos sociais, transformação esta que implica em uma atenuação de pontos mais dogmáticos e radicais que orientavam programaticamente a legenda.

A análise de Kirchheimer nos permite entender a relação que os partidos estabelecem com suas bases em um contexto de heterogeneidade social, que marca os tempos atuais. A transformação que ele descreve é, em parte, fruto do desenvolvimento da sociedade moderna que se converte no enfraquecimento do peso do apelo ideológico, característico dos partidos de massa, em favor de argumentos pragmáticos. Em um contexto como esse, a volatilidade eleitoral cresce como resultado da perda dos vínculos entre votantes e partidos. Os partidos se vêem diante de um eleitorado mais sensível às mensagens vinculadas pela mídia de massa, nas quais predominam argumentos de grande apelo emocional e a ênfase nos projetos de governo e não nos valores programáticos partidários. Assim, conforme verifica Ângelo Panebianco (2005), está em curso uma progressiva profissionalização das organizações partidárias, a qual se caracteriza por um deslocamento do centro de gravidade das legendas: dos filiados para os eleitores. Os partidos não são mais organizadores de identidades e têm que recorrer a uma conexão direta com o eleitorado para se manterem competitivos.

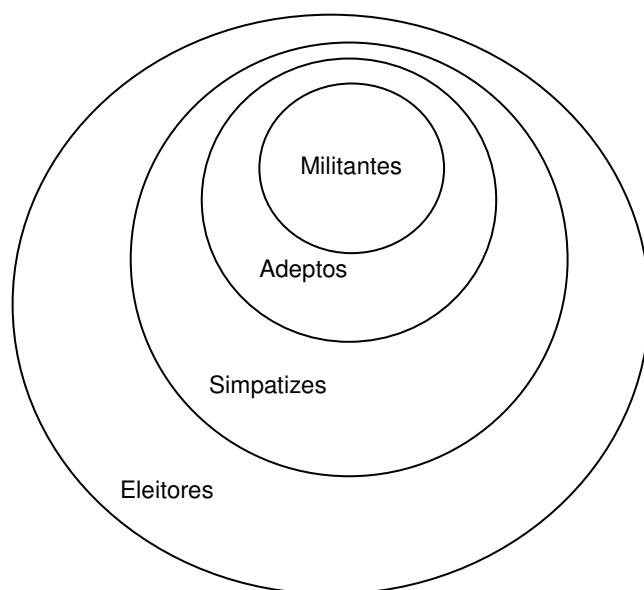
Tal flexibilização pragmática se manifesta no sentido de ampliar o leque de políticas propostas, de forma a contemplar o maior número possível de interesses, mantendo, porém um mínimo de coerência ideológica. Como resultado, os partidos cada vez mais integram em seus quadros figuras de variadas tendências e apelos populares, capazes de estabelecer vínculos fortes com a opinião pública e de contemporizar com um eleitorado detentor de interesses difusos.

Em suma, a trajetória dos partidos políticos é pautada pela sociedade no qual partido está inserido. A origem destas instituições é marcada pela criação de algum tipo de eleição. Com o aumento do sufrágio, com as mudanças sociais e cognitivas dos indivíduos, os partidos são modificados. Desde este momento, emergem novas configurações de partidos que dialogam melhor com a sociedade.

O sistema intrapartidário servirá como base para a compreensão da lei de disparidade curvilinear, a ser discutida neste artigo, a partir das considerações de Sartori, que conceitua o partido como parte de um sistema, ou como um sistema.

“Mesmo que o partido seja a principal unidade de análise, essa análise é incompleta se não examinar como tais subunidades entram no partido e o alteram. Como Eldersveld diz bem, em si e por si o partido é ‘uma mistura do sistema político. Tem uma estrutura de autoridade (...). Possui um processo representativo, um sistema eleitoral e subprocessos para recrutamento de líderes, definição de metas e soluções de conflitos do sistema interno. Acima de tudo, o partido é um sistema de tomar decisões.” (Sartori, 1976: 93).

Como ressalta o autor, pode-se estudar um partido como parte de um sistema político ou como um sistema político, já que é composto por diferentes indivíduos que possuem aspirações e vínculos com esta instituição. Como primeiro passo para compreensão desse outro sistema é necessário expor e caracterizar os seus membros. Para isso, utilizamos Duverger (1980), para o qual os partidos políticos são compostos por quatro círculos concêntricos de participação, ou seja, os indivíduos que estariam mais próximo ao centro das esferas seriam os com maior participação no dia-a-dia das atividades partidárias.



Duverger analisa o partido com base nos seus círculos concêntricos. No primeiro, militantes, que estão diretamente ligados às decisões partidárias e participam de todas as esferas da instituição. O próximo círculo é formado pelos partidários não participantes, ou seja, indivíduos que já se filiaram a esse partido político, mas não se envolvem nas decisões diárias da estrutura. O terceiro é formado por indivíduos que têm simpatia pelo partido e o defendem, já que o seu pensamento se assemelha ao do partido. O círculo mais externo é o de eleitores que votam no partido e o vínculo com o partido se dá apenas durante a cena eleitoral⁵.

Todavia, com o decorrer da trajetória dos partidos políticos, o primeiro círculo perde força sobre as decisões partidárias. Com o aumento do número de indivíduos dentro de cada partido, tem-se a necessidade de criar uma categoria administrativa, que teria a função de tomar as decisões com rapidez, sem submeter as suas diretrizes ao coletivo partidário. Surge, assim, uma nova divisão dentro do primeiro grupo.

Duverger e Sartori apresentam dois tipos de articulações nas estruturas partidárias: as estruturas fracas (*thin*) e as fortes (*thick*). Uma estrutura de articulação fraca, em geral não é democrática, pois permitem que cada comunidade se expresse na medida de sua força, em combinações ocultas, rivalidades lutas de clãs e personalidades. Esse tipo de estrutura era bastante encontrada nos partidos de quadros. Cada líder ou componente do partido tem total autonomia para a gerencia do partido, sem que para isso necessitem escutar as bases partidárias. Os membros estão diretamente ligados à comunidade nacional e formam eles mesmos a comunidade partidária, sem o intermédio de outros grupos sociais.

Os partidos de estrutura forte são constituídos pela união de grupos profissionais ou não, e os membros (lideranças) não estão diretamente vinculados à comunidade nacional do

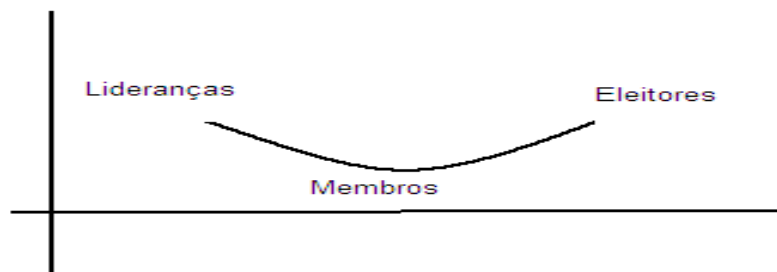
⁵ Para esse estudo o principal foco de análise será a comparação entre as lideranças partidárias e os eleitores identificados com o partido. No entanto, para o cenário eleitoral brasileiro de identificação partidária, acredito que o mais correto é que estaremos traçando uma comparação entre o primeiro e o quarto círculo apresentado por Duverger. Apesar de trabalhar com eleitores que se declaram identificados com o partido estudado – PMDB – essa ligação não pode ser considerada a ligação de simpatia exposta pelo autor. A conjuntura presenciada pelo autor é bastante dispare da que vamos analisar, a ligação entre os simpatizantes aqui estudados se dá com o partido apenas na arena eleitoral e não é uma ligação perene, o que se pode ser comprovado por dois focos de análise diferente: primeiro a volatilidade do eleitorado nacional de uma eleição para outra e segundo as “percepções públicas e laços partidários no Brasil”. Para melhor compreensão desse quadro indico o texto de Kinzo (2005).

partido. Assim, são grupos sociais de base que formam a comunidade partidária. A articulação é organizada com minuciosidade, de forma que cada elemento de base participe no funcionamento global do partido. Há eleições de delegados, mas pode haver cooptação de membros regulamentados. É encontrada em quase todos os partidos socialistas, na maioria dos partidos católicos e democrata-cristãos, nos fascistas e comunistas, e num grande número de partidos de outras tendências. Um partido com articulação forte não garante a democracia interna, mas a democracia só tem como surgir nesta estrutura. O elemento determinante na força da articulação interna do partido pode ser associado à natureza dos elementos de base que o constituem.

A seguir, veremos como os entes intrapartidários, mais precisamente suas lideranças, se relacionam com o ambiente externo. Os líderes são capazes de alcançar o objetivo final como ressaltava Downs – os eleitores. No próximo tópico, ressaltamos como as relações ideológicas de eleitores, lideranças e militantes do partido dialogam ou deveriam dialogar.

1.2 A lei da disparidade ideológica curvilínea – um passo a frente

A lei da *disparidade ideológica* remete à diferença de posicionamento ideológico dos indivíduos vinculados a um partido político, sendo alguns considerados mais “radicais” e outros mais “pragmáticos”. O termo *curvilínea* se refere a uma geometria da distribuição das preferências ideológicas. Ou seja, através da média dos posicionamentos ideológicos dos partidários em um contínuo, pode-se observar uma aproximação de seus extremos (lideranças e eleitores); ao passo que os membros sem posições de liderança estariam em um ponto fora da reta, configurando assim uma curva de opiniões.



O estudo seminal desta teoria é o de John May (1973), que inicia seu texto dividindo os componentes dos partidos políticos em três grupos, a saber: líderes com alto status; sub-líderes; e votantes regulares do partido. Líderes são os componentes da liderança do partido e os componentes que disputam cargos eletivos; sub-líderes são os que consideramos os militantes do partido; e, finalmente, eleitores são os que apresentam uma votação constante, ou uma identificação com o partido. O modelo de May presume que os eleitores dos partidos são pragmáticos como o meio termo da população em geral (Downs, 1999), ao contrário dos militantes, que seriam os portadores de atitudes políticas mais radicais. E os líderes anseiam pelos votos para conquistarem ou manter cargos. Assim, as lideranças são levadas a uma posição mais próxima a dos eleitores. Já os militantes que não estariam ávidos por votos poderiam assumir posições destoantes das dos eleitores.

A primeira crítica apresentada à teoria é sobre a presunção de uma homogeneidade de opiniões no interior dos subgrupos partidários. Dentro de cada camada partidária existem componentes com posições mais ou menos extremistas. A suposição de que todos possuem pensamento único seria equivocada, pois dentro do grupo que May intitula como membros estão os que anseiam disputar alguma eleição ou ocupar cargos de liderança (Kitschelt, 1989). Por isso, Kitschelt propõe que o grupo de militantes seja dividido em dois subgrupos, uns dos

que anseiam por cargos – ou seja, mais pragmáticos – e outro composto pelos militantes considerados ideológicos, possibilitando um maior grau de coesão entre os membros de cada subgrupo.

Partindo das sugestões apresentadas por Kitschelt, Pipa Norris (1995) reaplica o estudo para o Partido Trabalhista Britânico, dividindo os membros do partido em líderes, agentes, membros e eleitores, nos quais os agentes seriam os componentes que possuíam cargos políticos e os membros os que apenas exerciam a militância. O resultado esperado era que líderes, agentes e eleitores apresentassem um comportamento mais pragmático e próximo, enquanto os agentes fossem os de opinião mais extremas. No entanto, o estudo apontou que os líderes apresentaram um comportamento mais radical em comparação aos outros subgrupos, estando os agentes e membros distribuídos entre os líderes e os eleitores.

Essa discordância é ressaltada por Méndez e Santamaria (2001). As instituições são dependentes de suas trajetórias (*patch dependence*) e, por isso, o passado que as trouxeram até essa atual configuração são de importantes para a sua compreensão. Como resalta Méndez e Santamaria ao estudarem o Partido Socialista Obrero Español, as instituições se moldam e se desenvolvem em diálogo com as partes que o compõe e com o sistema no qual estão inseridos. .

Telles (2009) reaplica a teoria para o caso do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, e encontra o mesmo padrão de respostas apontado por Norris, em que as lideranças são mais extremistas do que os militantes do PT. A autora argumenta que este resultado é justificável devido à concepção diversificada e origem dos seus militantes. Outro ponto importante que assemelha com os dados apresentados por Kitschelt é a existência de mecanismos de participação do partido, o que o autor denomina “*Tightly coupled*”, ou seja, a possibilidade dos militantes se expressarem e conquistarem cargos de liderança dentro do partido. Não sendo assim necessário assumir posições destoantes das lideranças, pois eles também são ou farão parte dela.

Seguindo a mesma linha traçada por Telles, Roma (2006) trás a discussão para dentro do caso brasileiro, comparando dois dos principais partidos do atual período democrático: o PT e o PSDB. Analisando a trajetória, a estrutura de organização interna dos partidos o autor aponta os motivos que levaram ao sucesso eleitoral prematuro do PSDB. O PSDB tem uma origem parlamentar e, por isso, foi mais fácil a desvinculação de bandeiras ideológicas e adaptação ao modelo eleitoral brasileiro. Ao adotar políticas mais pragmáticas, tornou-se capaz de ser mais bem aceito pelo eleitorado. Já o PT nasce de demandas da sociedade e longe das esferas de governo, tendo a sua origem vinculada a movimentos sociais, operários, intelectuais, exilados políticos e por setores da Igreja. E com grande possibilidade de manifestação dos militantes na estrutura interna do partido, o que dificultou a desvinculação de bandeiras mais radicais e, por conseguinte a demora relativa para obter sucesso eleitoral. .

O somatório dos trabalhos de Telles e Roma amplificou a discussão apontada por Kitschelt, confirmando o fato de que a trajetória e a estrutura interna dos partidos são de vital importância para a aplicação da Lei da Disparidade Curvilinear. O PT na sua origem seria um exemplo de partidos “*Tightly coupled*” enquanto o PSDB se apresenta com um partido de “*Loose coupling*”, e a escolha por uma destas definiu a influencia dos militantes nas estratégias do partido, sendo de crucial importância para o sucesso eleitoral.

As questões apontadas demonstram a importância de se estudar comparativamente a opinião dos componentes dos partidos. A *Lei da Disparidade Curvilinear* é uma ferramenta útil e importante como ponto de partida para a compreensão dos partidos políticos.

2. Metodologia

Para esse trabalho, foram utilizados três instrumentos metodológicos: o método de pesquisa de *survey* com lideranças e eleitores do PT e do PMDB; a análise de dados bibliográficos e coleta de dados eleitorais agregados. Na primeira fase, foi realizada uma pesquisa nos documentos produzidos pelos partidos últimos anos, mais precisamente no período de vigência do atual diretório municipal do PMDB e do PT. Essa pesquisa serviu de embasamento para a elaboração do *survey* que foi aplicado aos quadros da executiva municipal dos partidos. Os dados da pesquisa com as lideranças posteriormente foi comparado com os dados disponibilizados pela Pesquisa BH Barômetro⁶, recortado pelos eleitores que se identificam com o partido pesquisado. Quanto aos dados agregados, serviram para a construção de índices e escalas que vão caracterizar o sistema político que no qual os partidos estão inseridos.

2.1 . Indicadores de alinhamento e posicionamentos das lideranças do PMDB:

O trabalho de pesquisa documental analisou o programa e o estatuto do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), condicionantes que poderiam indicar o grau de conhecimento, bem como de adequação dos membros do partido às diretrizes do partido.

O primeiro ponto destaca o posicionamento dos membros da executiva quanto à fidelidade partidária. A posição do programa é a de que o mandato pertence ao partido. Uma posição contrária a esse ponto é a de que os mandatos pertencem ao parlamentar, em desacordo com o conteúdo da carta programática⁷.

O segundo ponto é o sistema de lista eleitoral: o PMDB apóia o formato misto⁸.

Outro aspecto é o grau de adesão do membro do partido à regulação da economia pelo Estado, bem como do quanto deveria ser, na opinião dele, essa intervenção⁹. O partido adota a preferência por um Estado regulador.

O quarto ponto a se verificar é sobre a posição favorável à atuação do governo brasileiro nas questões internacionais, tais como MERCOSUL, Parlamento da Unasul, o caso Honduras, a presença de tropas nacionais no Haiti, etc. Uma maior disposição à atuação brasileira no exterior indicaria uma adequação maior às idéias expressas no programa¹⁰.

⁶ Pesquisa realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com o Instituto de Pesquisas Sociais Políticas e Econômicas (IPESPE).

⁷ Insiro agora os recortes da carta programática e do estatuto que basearam a minha análise: “1.5.1 - O instituto da fidelidade partidária é questão de princípio para o PMDB. O mandato eleitoral deve pertencer ao partido, perdendo-o quem o deixar ou dele for expulso em decorrência de violações Programa Doutrinário e aos Estatutos.”

⁸ “1.5.4 - O PMDB dará seu apoio à adoção do sistema eleitoral misto, que combinar em proporções adequadas o sistema distrital majoritário com o sistema proporcional.”

⁹ “3.3.2 - Baseando-se, pois, numa visão de longo prazo, o PMDB não se deixa impressionar pela miragem do fim da soberania, mas procura entender sua verdadeira expressão nas novas condições tecnológicas. Aliás, o sistema mundial de Estados Nação é fruto da globalização do capitalismo. Em todas as nações bem sucedidas, o Estado tem sido o grande instrumento regulador das atividades econômicas, estando à chave do sucesso na combinação de um máximo de competição com um máximo de planejamento.”

¹⁰ “4.1.3 - O PMDB considera indispensável à ativa e enérgica presença do Brasil na ONU, no GATT, no FMI, no Banco Mundial e outras agências internacionais, no Parlamento Latino-Americano, no Mercosul, no Pacto Amazônico, no Pacto Andino e em outras organizações e instâncias de âmbito regional buscando, acima de tudo, a solução negociada das questões internacionais e bilaterais. Mas estará permanentemente pronto a defrontar-se com as dificuldades que se antepõem ao seu projeto nacional, solidarizando-se com a luta similar de outros países.”; “4.1.4 - O Brasil deverá relacionar-se com os Estados Unidos, com os países que integram a Comunidade Européia, o Japão, a China, buscando concretizar todas as possibilidades de

E, finalmente, o grau de concordância do membro em relação à aplicação da pena de morte no país. Tendo em vista a posição do partido expressa, o consentimento com tal pena revelaria uma discordância com o estabelecido no programa¹¹.

Outro ponto importante é a tipologia do partido. De acordo com o programa, “o PMDB é um partido de massas, que continuará atuando, permanentemente, em todos os lugares onde os brasileiros moram e trabalham, e não somente nos Poderes Executivo e Legislativo. É uma organização que vincula os movimentos sociais e reivindicatórios à vida política sem tutelá-los.”. Esta passagem nos pareceu interessante, pois o partido não é considerado pelos estudiosos do assunto um partido de massa, exceção que só é aberta no quadro partidário brasileiro ao Partido dos Trabalhadores (PT). Por isso, testamos o quanto o componente da executiva era alinhado com as características de um partido de massa.

2.2 Lideranças e Eleitores: *survey*

Na pesquisa de *survey* observam-se diversas características dos elementos de certa população ou amostra, utilizando-se questionários ou entrevistas. As respostas devem ser dadas sem a interferência do pesquisador (BARBETTA, 2006). Ao traçar uma semelhança com Babbie (1999), temos o interesse de estudar atitudes dos líderes partidários, nessa pesquisa representada pelos componentes da executiva municipal, e entrevistamos o total da sua população – sete componentes. Em seguida, comparamos com os eleitores, a partir dos dados fornecidos pela pesquisa BH Barômetro, recortando os eleitores que se identificam com o PMDB.

O questionário aplicado às elites partidárias teve como focos desvios e as igualdades dos pensamentos dos líderes com o seu programa partidário, de um lado, e os eleitores identificados com o seu partido. No caso do PMDB, a população entrevistada foi a dos componentes da executiva municipal que estavam exercendo o seu mandato durante as eleições municipais de 2008. Este Diretório Municipal foi constituído no dia 23/10/2005 e com vencimento em 27/10/2009 (mandato de 4 anos). Composto por 45 membros efetivos, 15 membros suplentes e destes 7 compunham a executiva (Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente¹², Secretário (a) Geral, Secretário (a) Adjunto (a), Tesoureiro (a), Vogais.

A maior parte dos questionários foi aplicada na segunda quinzena de 2009 de forma *vis-à-vis*, sendo os questionários faltantes aplicados durante o primeiro semestre de 2010. A partir daí, as respostas de cada indivíduo entrevistado foi codificada de forma padronizada e registrada de forma quantitativa, e, estes registros padronizados são submetidos à análise.

Quanto aos dados do BH Barômetro, foram coletados em dois *survey*, realizadas durante as eleições municipais de Belo Horizonte, em 2008, no primeiro e segundo turnos. Os *surveys* foram aplicados em 800 eleitores com mais de 16 anos e separados por cotas de região; idade; sexo. A data de realização das coletas de dados foi entre os dias 23 e 27 de setembro de 2008 (Primeiro Turno) e 19 e 22 de outubro de 2008 (Segundo Turno). O tamanho do erro amostral de cada *survey* foi de 3,1 pontos percentuais (pp).

Segundo Babbie (1999), *survey* é apenas um tipo particular de pesquisa social empírica, mas há muitos tipos de pesquisas, que inclui censos demográficos, pesquisas de opinião, estudos acadêmicos, etc. Que podem ter seus desenhos alterados devido a diferentes

cooperação e intercâmbio comercial, cultural e técnico. Ao mesmo tempo, o Brasil se posicionará contra deliberações destes e de outros países que possam significar excessos na defesa de interesses hegemônicos, medidas protecionistas ou discriminatórias.”

¹¹ “9. O PMDB é intransigentemente a favor da vida e, por isso, tem posição firmada contra a pena de morte”;

¹² (Um dos vice presidente saiu do partido antes da aplicação do questionário, não sendo substituído devido à necessidade da eleição de um novo diretório);

objetivos, custos e tempo. Babbie (1999) ressalta que “há três objetivos gerais permeiam todos estes interesses: descrição, explicação e exploração” (p.95). Um *survey* pode visar (e usualmente visa) atingir mais de um destes objetivos; acredita-se que todos os três objetivos citados foram contemplados no desenho do presente trabalho. Buscou-se descrever o perfil dos entrevistados, fazer asserções explicativas a respeito do alinhamento com o programa partidário, explorar a simetria entre o pensamento dos líderes partidários com os eleitores identificados com o partido.

Na pesquisa desenvolvida neste trabalho foi entrevistada toda a população de interesse – a Executiva Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em Belo Horizonte¹³. Não foi desenhado nenhum plano amostral. Ou seja, entrevistaram-se todos os membros da Executiva Municipal de Belo Horizonte do PMDB.

O primeiro bloco do questionário foi constituído de perguntas demográficas - sexo, renda e escolaridade -, e perguntas específicas sobre o candidato como membro do partido –, se já foi filiado a algum outro partido, o tempo de filiação ao atual partido, se já ocupou cargos de confiança em alguma esfera governativa, se já foi candidato a algum cargo eletivo (sendo eleito ou não) e se já participou ou participa de alguma corrente interna do partido.

Em seguida, foram realizados alguns blocos com base nos dados levantados na pesquisa documental, para averiguar o conhecimento e a adequação do entrevistado à carta programática. A primeira condicionante testada, como apresentado acima, foi sobre a quem pertence o mandato do candidato eleito pelo partido estudado¹⁴. A segunda diz respeito ao sistema de lista eleitoral que seria o mais próximo da posição defendida pelo partido¹⁵. A próxima pergunta se refere à opinião do respondente sobre o grau de intervenção do estado na economia nacional¹⁶. A quarta condicionante apontada no estudo do programa do partido verifica a como o partido deve se posicionar na relação com os outros países e com os órgãos internacionais¹⁷. E finalmente, averigua-se a opinião do entrevistado sobre a adoção da pena de morte no Brasil¹⁸.

Outro bloco do questionário caracteriza o partido como de “quadro” ou de “massa” segundo os entrevistados. Para isso, foram elaboradas cinco questões¹⁹ que possibilitam a

¹³ Para ver o questionário completo que foi aplicado aos componentes da executiva consultar os anexos. Apresento abaixo apenas as questões que acredito necessitem de um maior detalhamento.

¹⁴ “Na OPINIÃO do Sr. a quem deve pertencer o mandato eleitoral?: 1) Ao partido; 2) Ao deputado; 3) Ao candidato e Ao partido; 88) NS; 99) NR;”

¹⁵ “Na OPINIÃO Sr., qual destes sistemas de listas eleitorais é o MELHOR? 1) O sistema Majoritário; 2) O sistema Proporcional; 3) O sistema Misto; 4) Outro. Qual?”

¹⁶ “Das seguintes frases que eu vou citar, com qual delas o Sr. MAIS se identifica?”

1) “É função de o Estado intervir na economia regulando a produção e o comércio de bens e serviços”; 2) “É função de o Estado garantir o funcionamento do mercado, intervindo apenas em casos de crise”; 3) “É função de o Estado dar total liberdade ao mercado sem intervir em seu funcionamento de qualquer forma.”; 88) NS; 99) NR”

¹⁷ “Com relação ao papel do Brasil na sua relação com demais países e órgãos internacionais, com qual destas frases o Sr. MAIS se identifica? 1) “O Brasil deve se posicionar ativamente nas instâncias de negociação internacional, promovendo seus interesses e buscando aumentar sua influência junto a outros países”; 2) “O Brasil deve adotar uma postura neutra sem interferir nas questões de outros países ou se posicionar com relações às questões internacionais”; 3) “O Brasil deve se apenas reagir e se posicionar com relação a questões internacionais somente quando acionado por outros países ou órgãos internacionais.”; 88) NS; 99) NR”;

¹⁸ “Continuando, agora gostaria que o (a) Sr.(a) me dissesse se concorda ou discorda da pena de morte: 1) *Concorda, 1.a) Totalmente, 1.b) Em Parte; 2) Discorda, 2.a) Totalmente, 2.b) Em Parte; 88) NS; 99) NR*”;

¹⁹ “Agora vamos mudar um pouco de assunto. Entre os pares de frases abaixo, por favor, indique qual se aproxima mais da sua maneira de pensar. **1** dupla de respostas 1. O partido deve ser financiado principalmente por seus filiados; 2. O partido deve buscar financiamento principalmente de fontes externas.) **2** 1.O partido deve ser fiel a seus princípios e objetivos, mesmo se esta atitude o fizer perder votos; 2. O partido deve tratar, acima de tudo, de conseguir o maior número possível de votos.) **3** 1. As decisões partidárias devem ser tomadas pela executiva municipal do partido; 2. As decisões partidárias devem ser tomadas com grande participação das bases do partido) **4** 1. O mandato parlamentar deve sempre seguir as orientações de seu partido; 2. O parlamentar deve

verificação do afirmado pelo programa do partido: que o PMDB é um partido de massa. Os próximos outro quatro blocos do questionário têm relação com o questionário do BH Barômetro. Reaplicamos as mesmas perguntas que foram aplicadas aos eleitores para que pudéssemos comparar as respostas e verificar a semelhanças e dissonâncias.

Os blocos reaplicados versam sobre a participação política dos entrevistados: se esses já participaram de algum movimento político como o sindical, estudantil, religioso ou de bairro. O segundo bloco reaplicado para comparação busca compreender a percepção política dos entrevistados e as suas concepções ideológicas, e foi solicitado que os mesmos caracterizassem uma serie de partidos e o seu posicionamento ideológico. Esse bloco é seguido pelo bloco denominado representação política, que visava compreender os reais motivos e os motivos que deveriam guiar um candidato quando se lança na arena eleitoral. O próximo bloco vai buscar averiguar o nível de confiança dos entrevistados nas instituições políticas e interpessoal, seguido pela avaliação do grau de adesão dos mesmos aos processos democráticos e a sua satisfação com a atual situação da democracia brasileira. E, finalmente, solicitou-se que os entrevistados atribuíssem notas aos ocupantes dos três cargos executivos que eles estariam diretamente ligados: o Presidente Luis Inácio Lula da Silva, o Governador (atualmente ex-governador) Aécio Neves e o Prefeito (atual ex-prefeito) Fernando Pimentel.

Como mecanismo de comparação, utilizamos as médias das respostas, dado que *“que as opiniões individuais se localizem num continuum e que a expressão estatística das opiniões de todos os membros do grupo – a moda, o meio, a média, a mediana – sejam vistas como as opiniões preponderantes ou “centro de gravidade” do grupo.”* (MAY, 1973) (Tradução livre). Por isso, consideramos a média um bom preditor para a comparação da opinião desses dois grupos.

2.3 . Dados eleitorais agregados

Passamos agora aos dados que caracterizam o “ambiente”: o sistema político no qual o objeto de estudo está inserido. Para isso, utilizamos dados agregados coletados junto ao Superior Tribunal Eleitoral²⁰ e o banco de dados elaborado pelo Professor Jairo Nicolau, Dados Eleitorais do Brasil (2010)²¹.

Foram coletados, para o nível municipal, dados do histórico de votação por partidos; histórico de cadeiras e cargos executivos conquistados por partidos; número de filiados por partidos em outubro de 2008; estatísticas gerais sobre as eleições municipais de Belo Horizonte em 2008 (comparecimento, número de candidatos, votos validos, nulos, brancos; candidatos a vereadores por partidos em Belo Horizonte na eleição estudada); e dados sobre as coligações presentes nas eleições ao executivo e legislativo de Belo Horizonte em 2008.

Com esses dados elaboramos os quatro índices²² que são utilizados frequentemente para o estudo comparado e para descrição do sistema partidário e eleitoral: fracionalização²³, número efetivo de partidos²⁴, volatilidade²⁵ e desproporcionalidade²⁶. Os dois primeiros

ter autonomia para atuar durante seu mandato) 5 (1. O partido deve estabelecer alguns critérios para receber novas filiações; 2. A filiação ao partido deve ser aberta a todos os indivíduos.)”

²⁰ Disponível em: <<http://www.tse.gog.br>>. Acessado durante toda a elaboração da artigo.

²¹ Disponível em: <<http://jaironicolau.iuperj.br>>. Acessado durante toda a elaboração da artigo.

²² Para maior detalhamento dos índices utilizados consultar o anexo C de NICOLAU (2004);

²³ O índice possui a seguinte expressão matemática: $N=1-\sum pi^2$, onde pi é a proporção de votos (ou cadeiras) do partido i.

²⁴ O índice possui a seguinte expressão matemática: $N=1/\sum pi^2$, onde pi é a proporção de votos (ou cadeiras) do partido i.

²⁵ A fórmula matemática consiste no somatório das diferenças de voto de todos os partidos entre as duas eleições consecutivas divididos por dois, para evitar a dupla contagem.

²⁶ Avalia as distorções entre votos e cadeiras dos partidos numa mesma eleição.

medem o grau de dispersão e concentração do poder partidário numa eleição ou no Legislativo. A volatilidade demonstra a variação da votação em um par de eleições; o índice de desproporcionalidade mede as distorções entre votos e cadeiras dos partidos numa mesma eleição. Além desses, usamos o índice criado por Telles e Simas (2003), que afere o apoio a um partido político de uma eleição para a outra, Índice de Razão de Avanço (IRA) ²⁷.

Os índices funcionam como um bom sinalizador da ambiente que está inserido o PMDB. E para a melhor compreensão do ambiente que os partidos e eleitores estavam inseridos, as análises serão feitas de forma comparada com os dados da eleição anterior, 2004, podendo assim demonstrar com maior clareza a o sistema político belo-horizontino.

3. O PMDB na história política brasileira

A literatura sobre partidos políticos trata de três abordagens para o surgimento de partidos políticos: a sociológica, a institucional e a racional, apresentadas sinteticamente por Lipset e Rokken (1967), Duverger (1980) e Downs (1999) respectivamente. A sociológica defende que os partidos surgem por representarem expressões de conflitos sociais; a institucional aponta o surgimento dos partidos se dá por atos institucionais, ou seja, se por dentro das instituições vigentes. Já a abordagem racional ou competitiva delimita que os partidos são criados para que os políticos alcancem seus objetivos, ou seja, a conquista dos votos. Qual dessas melhor explicaria o surgimento do PMDB? Para responder essa indagação é necessário revisar um pouco da história política brasileira.

Retrocedendo a 1964, o Brasil vivia um momento de grande instabilidade política. No dia Primeiro de Janeiro de 1961, o Presidente Juscelino Kubitschek dá posse ao candidato eleito Jânio Quadros. Após sete meses de extrema dificuldade junto ao Congresso Nacional, o Presidente renuncia ao cargo, gerando um momento de vacância de poder, dado que o seu vice, João Goulart, estava em missão oficial para o Oriente. Assume assim a Presidência interinamente o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Informado e aconselhado pelo seu cunhado e Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, o Vice-Presidente João Goulart volta ao Brasil pelo Uruguai e começa o movimento para que ele possa assumir a presidência. No entanto, o seu nome sofria de oposições devido ao fato de ser considerado bastante ligado a setores de esquerda e comunista.

Com base em um arranjo parlamentarista pensado pelo deputado mineiro Tancredo Neves, o Presidente João Goulart toma posse sob suspeita. Todavia, no início do ano de 1963 é realizado um plebiscito que põe fim à experiência parlamentarista brasileira devolvendo totais poderes ao presidente da república. Livre das “amarras” do antigo sistema de governo, João Goulart pode colocar em prática as suas agendas de governo, o que envolvia, uma boa parte das intituladas “reformas de bases”. A situação política e social do país era de ebulição, com intensos debates entre setores mais conservadores e os que apoiavam as decisões do presidente. O auge dessas manifestações pró e contras foi marcado pelo comício, proferido pelo presidente na Praça da República, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964 e a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, em São Paulo, no dia 19 de março do mesmo ano. Com base nessa grande efervescência política e social, na madrugada do dia 31 de março de 1964, tropas comandadas pelo General Olympio Mourão Filho comandante da 4º Região Militar, marcha de Juiz de Fora, MG com destino à Capital Federal e consegue em quarenta e oito horas destituir a 4º República Brasileira. Esse movimento de dissolução do sistema vigente encontra respaldo em partes da sociedade civil e de governantes como o Governador

²⁷ “Índice elaborado por Simas (2001): $IRA = (V1/C1) / (Vo/Co)$, em que IRA=Índice de Razão de avanço; Vo= número de votos obtidos pelos partidos no tempo <o>; V1= número de votos obtidos pelos partidos no tempo <1> ; Co = total de eleitores que compareceram para votar no tempo <o>; C1 = total de eleitores que compareceram para votar no tempo <1>.” (TELLES, 2009)

de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. O presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, volta a ocupar o cargo de Presidente da República, mas sob o “governo dos ministros das forças armadas”. Essa situação perdura até dia 09 de abril, quando é editado o Ato Institucional nº 1, que retira o presidente do seu cargo e nomeia o Marechal do Exército Humberto de Alencar Castelo Branco como presidente. Castelo foi incumbido de convocar novas eleições para retornar o país à normalidade democrática, fato que todos sabemos não foi realizado e o país mergulhou em um período autoritário por 20 anos.

Em outubro de 1965, foram realizadas eleições para governos de estados, tendo o governo central sofrido derrotas em importantes estados como Minas Gerais e Rio de Janeiro. Estes resultados não foram bem acolhidos por setores mais “linha dura” do regime, levando a publicação do Ato Institucional nº 2 que, dentre as suas medidas, destituía os partidos políticos existentes, instituía a eleição indireta para a presidência da República e dava ao executivo nacional poder de cassação e decretação de estado de sítio sem autorização previa do Congresso. Logo após é “baixado” o Ato Institucional nº 3 que institui eleições indiretas também para os governadores de estados.

Entretanto, o somatório dos AI2 e AI3 levou a queda na simpatia inicial dada à “Revolução Democrática”, fazendo com que os militares perdessem apoios importantes na classe civil e política. O regime decreta, então, o Ato Institucional nº 4, que institui o sistema bipartidário no país. O AI4 “determinava que a criação de novas organizações políticas, tarefa a ser realizada pelos membros do Congresso em quarenta e cinco dias, exigiria o apoio de um terço dos deputados federais e um terço dos senadores. Este requisito, no entanto, não significava que a intenção fosse à criação de um sistema de três partidos, Na verdade, implicava a possibilidade de se estabelecer uma maioria de dois terços a favor do governo, formando-se com os parlamentares restantes uma oposição simbólica.” (Kinzo, 1988)

Neste momento de sistema bipartidário nasceu o MDB, que posteriormente deu origem ao PMDB. Podemos aplicar ao caso do PMDB a seguinte explicação teórica: a de ser uma fundação institucional “de cima para baixo”. Afirmção que encontro respaldo em Kinzo (1988), ao descrever como foram formados os diretórios nacionais e subnacionais do movimento que acabava de ser criado: “Tendo sido criado por parlamentares, à organização do MDB obviamente foi montada de cima para baixo. Quando a sua criação constituiu-se um diretório provisório, que integrou todos os parlamentares que assinaram o manifesto de fundação do partido. Estes parlamentares foram os mesmos que, com a ajuda de deputados estaduais que se filiasse ao MDB, se incumbiram de formar diretórios regionais em seus respectivos Estados.”

Apresentamos a seguir as características dos filiados aos novos “partidos” criados, recorrendo novamente a Kinzo. A citação descreve a situação ideológica dos novos partidos: “a diversidade de origens partidárias que caracterizou a ARENA e o MDB, não apenas era uma consequência natural do modo artificial pelo qual foi estabelecido o bipartidarismo, mas também refletia a falta de clareza ideológica e representativa dos antigos partidos políticos.” Essa descrição da autora deve ser analisada com a tabela que mostra a origem dos parlamentares que formaram as novas organizações.

Tabela 1: Filiação à ARENA e ao MDB dos membros dos antigos partidos na Câmara dos Deputados, 1966

Partidos Antigos	Novos Partidos			
	ARENA	MDB	TOTAL	
<i>Conservadores</i>				
UDN (União Democrática Nacional)		86	9	95
PSD (Partido Social Democrático)		78	43	121
PSP (Partido Social Progressista)		18	2	20
PR (Partido Republicano)		4		4
PL (Partido Libertador)		3		3
PRP (Partido da Representação Popular)		5		5
<i>Trabalhistas/Reformistas</i>				
PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)		38	78	116
PDC (Partido Democrata Cristão)		13	6	19
PTN (Partido Trabalhista Nacional)		8	4	12
PST (Partido Social Trabalhista)		2		2
PRT (Partido Republicano Trabalhista)		2	2	4
MTR (Movimento de Renovação Trabalhista)			3	3
PSB (Partido Socialista Brasileiro)			2	2
<i>Não Filiados</i>				
				3
TOTAL		257	149	409

Fonte: Kinzo, 1988: 32.

Analisando com maior detalhe os dados, descobre-se que a maioria dos deputados (78%) que eram filiados aos partidos considerados pela autora como *conservadores* foi para a base da ARENA e o restante (22%) se filiaram ao MDB. Enquanto os deputados que faziam parte dos partidos denominados *trabalhistas/reformistas* foram em sua maioria (60%) para o MDB e o restante se filiou a ARENA (40%). No entanto, ao se olhar apenas para a base que compõe o novo MDB, temos um percentual de 36% que tem sua origem nos partidos *conservadores*. A maior clivagem que podemos considerar “unificadora” dessa nova organização é a de ser oposição ao regime vigente.

Passado esse período de constituição do partido o mesmo se lança a disputa eleitoral²⁸, não alcançado um grande êxito devido ao poder da máquina e do partido da situação do governo. Dado que, como ressaltado, a maior parte da estrutura e dos diretórios, principalmente os municipais, ficaram para a ARENA. Restando ao MDB iniciar um processo de constituição do partido, sobretudo nas cidades menos urbanizadas.

“Em 1970 houve eleições municipais em 1897 cidades, e o MDB concorreu em apenas 43% desse total (816 municípios). Essa disputa marcou o ponto culminante do predomínio arenista: o partido ficou com 87% das cadeiras do Senado, 71% na Câmara dos Deputados e 70.6% nas Assembleias Legislativas. (...) A feroz derrota sofrida nas eleições de 1970 levou as lideranças emedebistas a buscarem a expansão da estrutura organizacional do partido, privilegiando a construção de uma ampla rede de diretórios locais.” (Ferreira e Ribeiro, 2009)

²⁸ Temos de apontar que as eleições nessa época eram apenas para deputados (federais e subnacionais), senadores, prefeituras que não eram consideradas áreas de segurança nacional (como as capitais de estados) e vereadores;

Com essa expansão da estrutura partidária e com o aumento do grau de insatisfação da sociedade com o regime o MDB foi acumulando forças e capital político que o credenciava para as futuras disputas políticas e eleitorais. Fato que veio a ocorrer nas eleições de 1974, quando o MDB alcançou maior capilaridade e foi favorecido por eleições que transcorreram de forma que propiciou um maior debate²⁹, podendo assim a organização se apresentar a todo o eleitorado como o membro institucionalizado de oposição ao regime. Ele assumiu, após estas eleições, alguma força nas regiões consideradas mais industrializadas – sul e sudeste –, e pelas capitais e maiores cidades que constituíam o maior foco de oposição ao regime.

Após essa “derrota” eleitoral e, prevendo uma derrota maior ainda nas eleições de 1978, o regime reage e decreta, em 1977, o Pacote de Abril. Entre as medidas contidas nesse pacote, estavam a que decretava o fechamento do Congresso Nacional, instituía existência do Senador Biônico³⁰ e retrocedia a abertura do debate livre durante as eleições. Com isso, o regime volta a assumir a maioria absoluta das duas câmaras no Congresso Nacional.

Em Março de 1979, assume a presidência o General Figueiredo que se mantém disposto a dar continuidade à distensão política iniciada por Geisel, que deveria ser “lenta e segura”. Para isso, e para conter a força assumida pelo MDB, o governo manda para o Congresso em 19 de outubro de 1979 algumas modificações à “Lei Orgânica dos Partidos Políticos”. O Projeto de Lei nº 37 propunha o fim dos partidos existentes naquele momento e a volta do país ao pluripartidarismo, o que gerou um grande número de protestos das lideranças do MDB intitulada “Não à Cassação do MDB”.

Aprovada em 20 de dezembro de 1979 e sancionada em 20 de dezembro de 1979, a Lei nº 6.767, encerrava, assim, o período bipartidário no Brasil. Forjando um novo sistema que teve a maior parte dos componentes, antiga da Arena, formado o “novo” partido o PDS. O MDB se dividiu em três novos partidos: PMDB, PP, PTB e PDT. O PP, após algum tempo, foi instinto e reincorporado pelo PMDB³¹. O PMDB foi fundado após uma reunião dos senadores, deputados e membros do extinto MDB no dia 15 de Janeiro de 1980 e obtém o seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral no dia 9 de Junho de 1980 tendo como presidente o Deputado Ulysses Guimarães.

Após a sua constituição como partido, ele lidera como a única voz institucional dentro regime, a campanha pela volta à democracia e pela eleição direta para a Presidência da República, em 1985. Demanda que não é alcançada devido à permanência da força do regime dentro do Congresso Nacional. No entanto, sai vencedor do Colégio Eleitoral, e elege o Deputado Tancredo Neves como Presidente da República. Tancredo morre antes de assumir a presidência, deixando o cargo para o seu vice José Sarney, ex-integrante da ARENA.

Apresentamos a seguir uma tabela que retrata o desempenho eleitoral do PMDB, nas eleições após a redemocratização, entre 1982-2008.

²⁹ Em 1974 o General Ernesto Geisel assume a Presidência da República e inicia o processo de distensão do governo ditatorial com o intuito de devolver o país o Estado Democrático de Direito;

³⁰ Um terço do senado passaria a ser eleito de forma indireta. Essa indicação estaria a cargo das Assembléias estaduais;

³¹ Para maiores detalhes sobre a trajetória dos partidos políticos brasileiros pós período ditatorial consultar (Kinzo, 2001)

Tabela 2: Percentual de cadeiras e cargos executivos conquistados pelo PMDB (1982-2008)

	1982	1985	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008
Senado Federal	36		77,6		25,8		25,9		44,4		16,7		14,8	
Câmara dos Deputados	41,8		53,4		21,5		20,9		16,2		14,4		17,3	
Governos Estaduais	40,9		95,7		29,6		33,3		22,2		18,5		25,9	
Assembléias	42,7		46,9		20		19,6		16,6		12,5		15,5	
Prefeituras	34,9	63,2		37,5		33,7		24,1		22,6		19,1		21,6

Fonte: Ferreira e Ribeiro, 2009: 59.

Como se observa, PMDB tem uma trajetória de decréscimo no seu sucesso eleitoral e decréscimo em cadeiras e cargos executivos. No entanto, o partido ainda não perdeu o seu posto de maior partido do país, dado que ainda possui o maior número de senadores, deputados, governadores e prefeitos. E, não se pode duvidar da capacidade de restabelecimento dessa importante máquina partidária, como podemos comprovar, ao analisarmos que, a despeito de sua queda alcançada no par de eleições 2004/2002, ele apresenta crescimento em quase todas as esferas nas eleições posteriores (2004 – 2008), com exceção de sua bancada no Senado Federal. Um partido que possui capilaridade e de presença em todos os municípios do país não pode ser considerado em processo de declínio, pelo contrário.

Acreditamos ter deixado claro até agora a trajetória percorrida pelo partido e a sua relevância no cenário político partidário brasileiro. Passamos a apresentar os dados desse partido para o enfoque estudado nesse trabalho: o PMDB durante as eleições municipais de 2008, na cidade de Belo Horizonte. Antes disso, apresentamos breve relato sobre a história da disputa pela prefeitura de Belo Horizonte³².

Desde o processo de redemocratização do Brasil, cinco nomes já passaram pela prefeitura de Belo Horizonte até as eleições municipais de 2008. O primeiro deles foi Sergio Mário Ferrara, eleito pelo PMDB em 1985, que exerceu o seu mandato até as eleições de 1988. Ferrara foi o último prefeito eleito pelo partido na capital mineira. O segundo a ser eleito é Pimenta da Veiga Filho (PSDB), que assumiu a prefeitura da capital mineira em 01/01/1989. No entanto, para que pudesse concorrer às eleições para o governo do Estado de Minas Gerais, Veiga Filho acabou deixando a prefeitura belo-horizontina, permitindo que a assumisse então, seu vice, Eduardo Brandão Azeredo (PSDB), que governou a cidade entre 02/04/1990 e 31/12/1992. Após o governo, assume Patrus Ananias de Souza (PT), que ficou à frente da prefeitura no período de 01/01/1993 a 31/12/1996, e teve início a longa permanência de governos de centro-esquerda em Belo Horizonte. Patrus foi sucedido por Célio de Castro, do PSB, partido que compunha a base aliada do governo de Patrus. Célio de Castro foi prefeito de Belo Horizonte de 01/01/1997 a 08/04/2003, tendo sido eleito em 96 e reeleito em 2000³³. Porém, por motivos de saúde, foi obrigado a se afastar do cargo de prefeito, permitindo que seu vice, Fernando Pimentel (PT), assumisse o mandato que terminaria em 31/12/2004. Pimentel foi eleito prefeito de Belo Horizonte no pleito de 2004 e continuou governando a cidade até 31/12/2008.

³² Para maiores detalhes sobre os resultados eleitorais em Belo Horizonte no período de 1982 a 1996 consultar Melo (1997).

³³ Para maiores detalhes da eleição em Belo Horizonte em 2000 consultar Camargos (2002);

Tabela 3: Prefeitos de Belo Horizonte e partidos (1985-2004)

Ano	Candidato	Partido
1985	SÉRGIO MÁRIO FERRARA	PMDB
1988	PIMENTA DA VEIGA	PSDB
1992	PATRUS ANANIAS	PT
1996	CÉLIO DE CASTRO	PSB
2000	CÉLIO DE CASTRO	PSB
2004	FERNANDO DAMATA PIMENTEL	PT

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Chegamos às eleições³⁴ que remetem ao foco de estudo dessa artigo. Os dados ilustram o cenário que as lideranças e os eleitores estudados nessa artigo estavam inseridos. As eleições para a prefeitura de Belo Horizonte foram disputadas pelos candidatos - Márcio Lacerda (PT), Leonardo Quintão (PMDB), Jô Moraes (PC do B), Sérgio Miranda (PDT), Vanessa Portugal (PSTU), Jorge Periquito (PRTB), Gustavo Valadares (DEM), Pepê (PCO) e André (PT do B) – sendo que apenas 2,71 podiam ser considerados candidatos efetivos.

As pesquisas realizadas antes do início da campanha apontavam a candidata do PC do B, Jô Moraes como a que possuía a maior intenção de voto, o que pode ser explicado pelo recall da candidata, que é natural de Belo Horizonte e foi a Deputada Federal mais votada na cidade nas eleições de 2006. No entanto, após o início da campanha o candidato Marcio Lacerda (PSB - que se lançou a disputa coligado ao PT, com o apoio informal do PSDB, com maior tempo no horário eleitoral gratuito com um capital financeiro maior -, tomou a liderança e assim permaneceu durante praticamente todo o tempo de campanha. Por possuir toda essa vantagem, foi cogitada sua vitória ainda no primeiro em turno. Porém, foi quase alcançado por Leonardo Quintão – Deputado Federal pelo PMDB -, que usou de grande carga emotiva e personalista na sua campanha e conseguiu fazer com que a diferença entre eles, no primeiro turno, diminuísse para menos de 3% (aproximadamente 43,59% a 41,26%)³⁵ e levasse a eleição para o segundo turno.

Tabela 4: Dados Gerais das Eleições para a Prefeitura de Belo Horizonte em 2008, no 1º turno

	N	%
Eleitorado	1772227	100%
Abstenção	298601	16,85%
Comparecimento	1473626	83,15%
Votos	1473626	
Branco	90299	6,13%
Nulos	123650	8,40%
Válidos	1259677	85,49%
Nº de Candidatos	9	100%

Fonte: TSE

No segundo turno, a disputa entre Leonardo Quintão e Márcio Lacerda tornou-se mais acirrada, tendo Leonardo Quintão assumido a liderança das pesquisas na primeira rodada após o pleito. Outro ponto que acirrou essa disputa foi a longa pauta de denúncias de escândalos políticos envolvendo ambos os candidatos. As eleições foram marcadas fortemente por disputas não relativas a proposições, mas sim por um embate envolvendo questões éticas e críticas pessoais entre os dois candidatos. O reconhecimento das figuras de Fernando Pimentel

³⁴ Para maiores detalhes da disputa eleitoral em Belo Horizonte em 2008 consultar Telles, Lourenço e Storni (2009);

³⁵Fonte: http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm

e Aécio Neves fez também parte do campo de batalha dos candidatos. Ambos os principais candidatos – Lacerda e Quintão –, reconheciam essas figuras como governantes de alta competência e assumiam o compromisso de dar continuidade aos trabalhos iniciados por eles. No entanto, Lacerda é quem foi apoiado tanto por Pimentel como por Aécio. Apesar de todos esses conflitos, o resultado final do segundo turno foi a vitória de Márcio com 59,12% dos votos. Surpreendente porque, mesmo tendo o apoio declarado da candidata Jô Moraes (que havia obtido 8,82% dos votos do primeiro turno), no segundo turno, Quintão conseguiu ter uma votação menor do que no primeiro turno, caindo de 41,26% para 40,88%³⁶ dos votos.

Para complementar o desenho do cenário eleitoral das eleições de 2008, apresentamos alguns dos índices mais utilizados para indicar o grau de institucionalização do sistema partidário e alguns dados referentes à eleição para a Câmara de Vereadores, em especial ao do PMDB.

Tabela 5: Dados eleitorais e indicadores do sistema partidário, eleições municipais 2008

	Votos Válidos	Cadeiras
Relação Votos/Cadeiras	9,41%	9,75%
Distorção (PMDB)	1,03	
Índice de Desproporcionalidade	8,15	
Nº Efetivo de Partidos ou Coligações (eleitoral)	15,3	
Nº Efetivo de Partidos (parlamentar)	13,03	
Nº de Candidatos	1031	
Nº Efetivo de Candidatos	258	
Sucesso (PMDB)	0,08	
Votação Total dos Candidatos a Vereador Eleitos	322.491	
Votação dos Candidatos a Vereador Eleitos da Coligação Vitoriosa	187.907	58%
Volatilidade com base nas cadeiras conquistadas	31,7%	
IRA (PMDB)	3,63	

Fonte: Dados TSE. Cálculo feitos pelo autor.

Na tabela 5, nota-se que para a Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte o índice de desproporcionalidade – que mede a diferença entre os percentuais de votos e o percentual de cadeiras dos partidos em uma determinada eleição –, foi calculado em 8,15, ou seja, 8,15 dos votos dados na eleição para não foram convertidos em cadeiras. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro apresentou uma distorção em termos da relação entre votos obtidos e cadeiras conquistadas da ordem de 1,03, muito abaixo do índice de desproporcionalidade do sistema. Indica que existe uma relação quase-perfeita entre a votação do partido e o número de cadeiras por ele obtido, em termos percentuais. A título de comparação, podemos observar que os índices do Partido dos Trabalhadores PT e do Partido Popular Socialista PPS são respectivamente 1,27 e 0,85, o que significa que o primeiro está sobre-representado e o segundo, sub-representado.

Do ponto de vista eleitoral, o número efetivo de partidos ou coligações foi calculado em 15,3, o que significa que somente cerca de quinze, dos 26 partidos que lançaram candidatos ao cargo de vereador, estavam efetivamente concorrendo. O número efetivo de partidos na câmara foi calculado em 13,03, ou seja, dentre os 19 partidos que conseguiram eleger um representante, cerca de treze deles têm uma relevância maior no jogo político da câmara. Dos 1031 candidatos que concorreram a Câmara de Vereadores, apenas 258,5, cerca de 25%, podem ser considerados candidatos efetivos na disputa eleitoral.

³⁶Fonte: http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm

Os candidatos a vereador eleitos pela coligação que apoiou o candidato Lacerda, vitorioso para o cargo de prefeito, somaram 187907 votos, o que representa 58% da votação dos candidatos a vereador eleitos. É interessante comparar esse dado com a votação obtida por Lacerda no primeiro turno, na medida em que o voto obtido pelos candidatos eleitos para a Câmara Municipal supera em cerca de 15 pontos percentuais a votação do próprio Lacerda. Outro índice importante que devemos ressaltar na constituição do cenário que emergiu das urnas na eleição de 2008 é a volatilidade total da eleição para a Câmara Municipal³⁷ de Belo Horizonte, com base nos dados do par de eleições 2004-2008. Esse índice foi calculado em 31,7% ou seja, esse foi o percentual de cadeiras que foram alteradas de uma legislatura para outra, o que pode demonstrar a insatisfação do eleitorado com os antigos ocupantes das cadeiras. No entanto, esse valor se assemelha a média de renovação das cadeiras ao se observar os dados apresentados por Melo (1997) para a Câmara dos Deputados.

Observamos agora com maior detalhe dois índices específicos sobre o PMDB nas eleições proporcionais de 2008, em Belo Horizonte. O primeiro diz respeito ao sucesso eleitoral do partido. Tendo lançado 52 candidatos ao cargo de vereador, o partido conseguiu eleger 4. O que significa que o partido obteve um sucesso de aproximadamente 0,08, ou que cerca de 8% de suas candidaturas foram “transformadas” em cadeiras, um índice que pode ser considerado muito baixo se analisado isoladamente. No entanto, ao controlá-lo com o Índice de Razão de Avanço, que foi de 3,63, percebemos que o PMDB obteve um bom crescimento nas eleições de 2008. Principalmente, se compararmos com dois dos principais partidos no cenário nacional - o PSDB (1,17) e PT (1,051), e este último governou a cidade em duas ocasiões.

Não aprofundaremos os dados que levaram ao crescimento do PMDB, pois este não é o enfoque central deste artigo, todavia, essa primeira análise aponta para a necessidade de um maior esforço no entendimento sobre a expansão do PMDB após essa eleição. Além disso, permite observar se esse crescimento perdurará no próximo pleito (2012).

Este cenário será analisado na próxima seção. Um ambiente que apresenta um crescimento do PMDB na esfera municipal, com um candidato efetivo ao cargo executivo e alcançando o dobro de cadeiras que ele possuía no parlamento.

Acreditamos ser necessário uma melhor elucidação sobre a conexão entre o crescimento eleitoral do PMDB e a identificação do eleitorado pelo partido. Durante o regime autoritário, o partido possuía uma bandeira clara: a defesa da volta à democracia, o que facilitava a sua identificação pelo eleitorado. Essa identificação é um dos fatores responsáveis pelo seu crescimento, ao se expandir dos centros mais industrializados para o interior. Com o passar do tempo, e tendo alcançado o seu objetivo inicial de redemocratização do país, o PMDB enfrenta uma crise de identificação interna, lhe faltando um objetivo que unificasse as suas bases. Esta ausência de programa e de coesão teve reflexos sobre o seu eleitorado. O partido optou por atender as demandas regionais de suas lideranças, favorecendo assim que o eleitorado passasse a se identificar com esses líderes locais, em detrimento da identificação com a imagem do partido como um todo.

No PMDB, a capacidade de articular um projeto político havia deixado de existir desde o período da transição e as condições para uma ação unitária deterioraram-se de forma evidente – desde então a legenda manteve-se como um agregado de interesses regionais precariamente unificados pela maximização de cargos no plano federal. O partido abandonou a pretensão de disputar a presidência, definiu como prioritária a arena estadual e passou a jogar o jogo presidencial valendo-se do aninhamento das disputas eleitorais e do caráter coalizional do presidencialismo. (Melo, 2010)

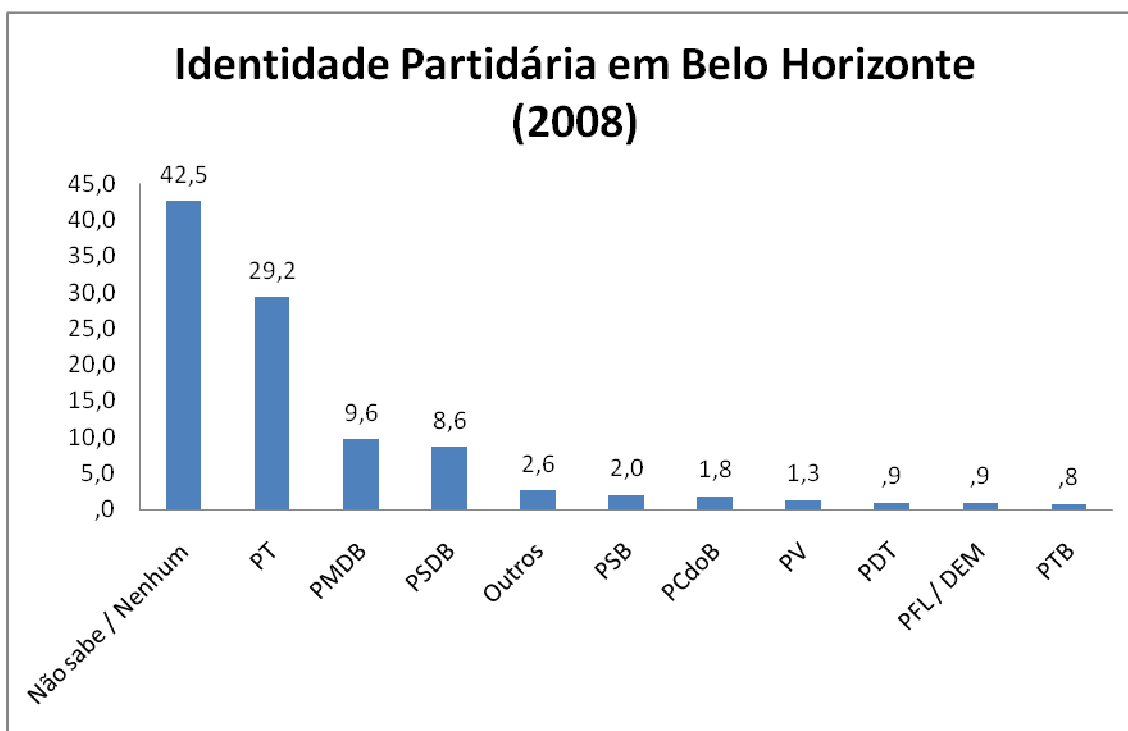
³⁷ Para a visualização completa das cadeiras que foram modificadas olhar anexo Tabela 4.

4. Líderes, eleitores e programa

Antes de traçarmos os pontos que apresentam alinhamento ou desalinhamento entre a liderança municipal do PMDB, o programa partidário e os simpatizantes, faremos uma pequena descrição do programa deste partido, a partir de seus documentos. Optamos por utilizar o último Programa Nacional do PMDB, publicado em sua Convenção Nacional de 24 de Março de 1996, além do Estatuto do Partido, publicado pela Comissão Executiva Nacional, em 28 de março de 2007. Estes documentos estavam em vigor durante o período analisado neste trabalho.

O segundo ponto é o universo de eleitores que usaremos como base de comparação para esse estudo. Como ressaltamos, usaremos os dados do BH Barômetro como a fonte de dados das opiniões dos eleitores, mas precisamente apenas a 1ª rodada, que foi aplicado no 1º turno das eleições. Com acesso ao banco, realizamos um recorte utilizando as opiniões apenas dos eleitores identificados com PMDB. Estes eleitores representam 9,5% dos entrevistados, totalizando 76 eleitores³⁸ identificados com o partido.

Gráfico 1: Preferência por Partido Político, Belo Horizonte 2008

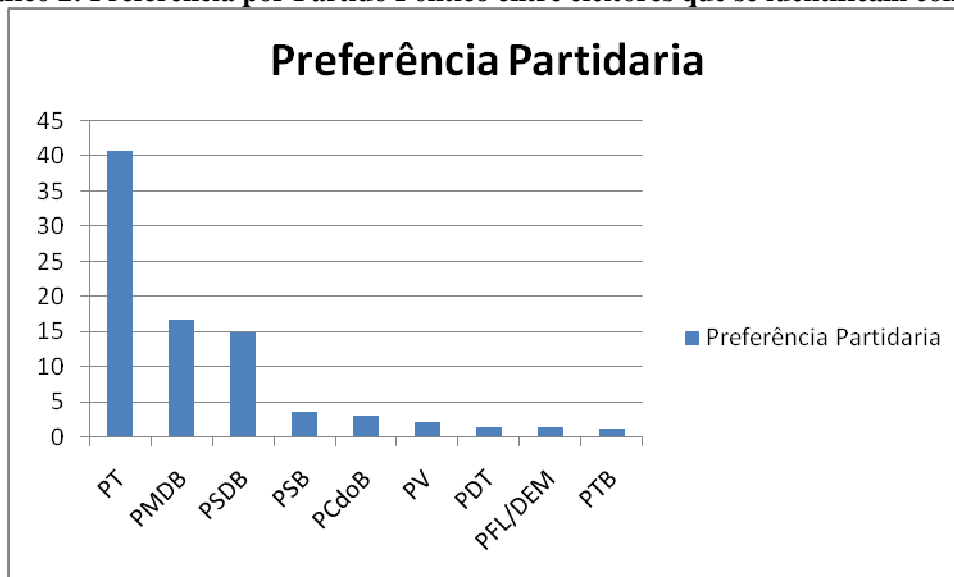


Fonte: BH Barômetro. Instituto de Pesquisas Econômicas, Políticas e Sociais e Grupo de Pesquisa Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral. www.opiniaopublica.ufmg.br

³⁸ O número de eleitores identificados com o PMDB em Belo Horizonte não permite análise multivariada.

Observa-se no gráfico 2 que, ao analisarmos apenas os eleitores que possuem identidade com algum partido, 16,7% destes se identificam com o PMDB, ficando apenas atrás do PT – o que se assemelha a média nacional de identificação partidária.

Gráfico 2: Preferência por Partido Político entre eleitores que se identificam com partidos



Fonte: BH Barômetro. Instituto de Pesquisas Econômicas, Políticas e Sociais e Grupo de Pesquisa Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral. www.opiniaopublica.ufmg.br. Foram excluídos os partidos que não alcançaram 1% de identificação.

Apresentado o quadro geral dos eleitores que se identificam com partidos políticos em Belo Horizonte, passaremos aos dados demográficos dos membros da Executiva Municipal do PMDB em Belo Horizonte e dos eleitores identificados com o partido (*peemedebistas*) durante as eleições municipais de 2008.

Tabela 6: Dados Demográficos das Lideranças e dos Eleitores (%)

		Lideranças	Eleitores
Sexo	Masculino	71,4	40,0
	Feminino	28,6	60,0
Idade	16 a 17 anos	0	1
	18 a 24 anos	0	17,10
	25 a 49 anos	85,7	57
	50 anos ou mais	14,3	25
Escolaridade	Sem escolaridade a primário incompletos	0	2,6
	Primário completo a Ginásial completo	0	25
	Ginásial Completo a Ensino Médio Incompleto	0	19,7
	Ensino Médio Completo	14,3	40,8
	Superior incompleto a Pós Graduação	85,7	11,8
Classe Social	A	28,5	13,4
	B	57	39,6
	C/D	14,5	47

Fonte: Lideranças - questionário elaborado pelo autor. Eleitores - Fonte: BH Barômetro. Instituto de Pesquisas Econômicas, Políticas e Sociais e Grupo de Pesquisa Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral. www.opiniaopublica.ufmg.br

Os dados demográficos já apresentam pontos de semelhança e de dissonância entre os dois grupos aqui analisados. Enquanto a maioria das lideranças é composta por pessoas do sexo masculino, os eleitores *peemedebistas* são majoritariamente do sexo feminino. A próxima variável diz respeito à divisão por classe social dos entrevistados. A maioria dos líderes está entre a classe A e B, ao passo que os eleitores estão colocados entre as classes B, C e D.

No entanto, se nos retivermos aos dados de idade e escolaridade, os dados apresentam algumas semelhanças já que maior parte dos entrevistados possui idade superior a 25 anos e escolaridade acima do ensino médio completo. Colhido os dados separadamente, eles podem nos apresentar uma boa descrição dos entrevistados, mas ao serem comparados com a teoria, observamos que os pontos de alinhamento são explicáveis. A teoria para o eleitorado brasileiro, indica que os eleitores que seriam mais identificados com partidos políticos seriam os de maior escolaridade (Carreirão e Kinzo, 2004). Já quanto à idade, o fator explicativo pode se encontrar pela lembrança do passado do MDB, como sendo o partido de oposição ao regime ditatorial.

Após estes dados, apresentaremos algumas características específicas dos membros da executiva municipal do PMDB. Esse importante grupo de características servirão de guia para uma melhor compreensão das análises de similaridades que traçaremos em sequência.

Tabela 7: Tipologia das lideranças		
Características	N	%
Tempo de Filiação		
Anterior a fundação como partido	1	14,3
Já como PMDB	6	85,7
Participação em corrente interna		
Sim	7	100,0
Não	0	0,0
Filiação a outro partido		
Sim	1	14,3
Não	6	85,7
Já ocupou cargo de confiança pelo partido		
Sim	5	71,4
Não	2	28,6
Já foi candidato a algum cargo eletivo		
Sim	6	85,7
Não	1	14,3

Fonte: Questionário elaborado pelo autor.

Os cinco pontos destacados na tabela 11 são de grande relevância na caracterização das lideranças do partido. Com esses dados, podemos perceber que a maioria dos ocupantes dos cargos da executiva municipal do PMDB em Belo Horizonte são pessoas que já disputaram cargos eletivos (85,7%), nunca foi filiado a outro partido político (85,7%), participaram de alguma corrente interna dentro do partido (100%), já ocuparam cargos de confiança indicados pelos partidos (71,4%) e a filiaram ao partido após 1980 (85,7) quando o sistema político brasileiro já estava de volta ao pluripartidarismo.

Essas características somadas nos colocam algumas expectativas. Os membros da Executiva Municipal devem conhecer o programa do partido nos quais são dirigentes e, por isso, devem concordar com o seu programa estratégico e eleitoral, pois nunca se desfilaram ou foram filiados algum outro partido.

Ao mesmo tempo, outra expectativa é a de que devem apresentar um pensamento não muito distante dos eleitores, dado que já se lançaram a arena eleitoral e já ocuparam cargos de confiança pelo partido. Estas duas variáveis – experiência, sobretudo no PMDB e participação em eleições, indicam que devemos encontrar lideranças partidárias **alinhadas** com o programa do PMDB, mas ao mesmo tempo, com o seu eleitor.

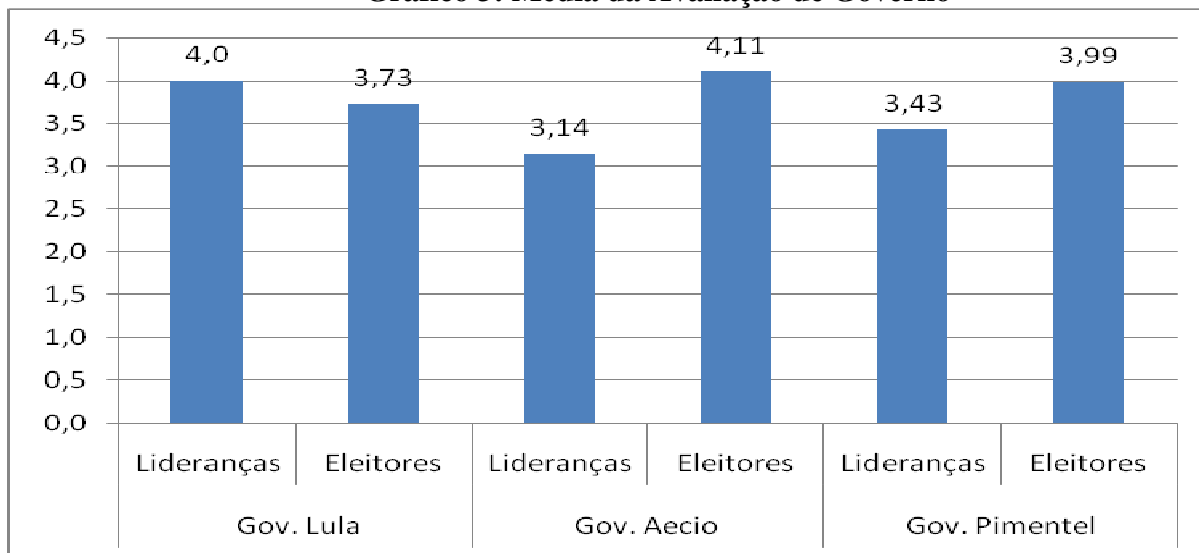
Para esse teste, comparamos a executiva do PMDB em Belo Horizonte e os eleitores identificados com o partido. Com a análise dos dados a seguir podemos verificar a proximidade ou não das opiniões dos eleitores e lideranças do PMDB em Belo Horizonte.

Apresentaremos primeiramente a comparação das opiniões dos eleitores e lideranças quanto à avaliação da administração dos atuais governantes, a percepção sobre os partidos políticos e a confiança nas instituições democráticas.

As primeiras opiniões dizem respeito a como os entrevistados avaliavam os governos de Lula, Aécio Neves e Fernando Pimentel. A pergunta foi “Agora eu gostaria que o (a) senhor (a) avaliasse as seguintes administrações como péssimo, ruim, regular, bom ou ótimo” e então os nomes dos governantes eram citados para que, dentro desta escala, os entrevistados

manifestassem sua opinião. As avaliações foram depois recodificadas³⁹ para notas sendo que a maior nota possível era 5 (ótimo) e a menor 1 (péssimo). Apresento abaixo o gráfico com os dados comparativamente.

Gráfico 3: Média da Avaliação de Governo



Fonte: Lideranças - questionário elaborado pelo autor. Eleitores: Fonte: BH Barômetro. Instituto de Pesquisas Econômicas, Políticas e Sociais e Grupo de Pesquisa Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral. www.opiniaopublica.ufmg.br

Todas as avaliações, tanto das lideranças como dos eleitores, foram positivas para todos os governos pesquisados. Em relação ao governo de Luis Inácio Lula da Silva, a avaliação média das lideranças foi maior que a dos eleitores, o que pode ser interpretado pelo fato de o PMDB fazer parte da base aliada do governo Lula desde seu segundo mandato, em 2006. Esse fato pode explicar a boa avaliação feita pela executiva do PMDB, uma vez que avaliá-lo negativamente significaria, de certa forma, avaliar negativamente também sua própria participação no Palácio do Planalto.

Já a avaliação feita ao governo de Aécio Neves é a que possui a melhor avaliação entre os eleitores e a menor segundo as lideranças partidárias. Ressaltamos apenas que a avaliação dos eleitores é um reflexo de sua imensa popularidade (90%) entre a população mineira e, mais ainda, entre os belo-horizontinos. No entanto, a executiva do PMDB não mostrou toda essa certeza sobre a eficiência do governo de Aécio Neves. Percebe-se aqui uma contradição entre os posicionamentos da executiva e dos eleitores. O que é confirmado pelo fato do partido assumir como oposição ao governo estadual.

Quanto a Fernando Pimentel, ex-prefeito de Belo Horizonte, também teve seu período administrativo visto de forma muito positivas pela amostra de entrevistados simpatizantes com o PMDB, até superior a avaliação do Presidente Lula. Quanto às lideranças é necessário fazer uma digressão explicativa. É sabido que o PMDB optou por, em 2008, disputar a prefeitura de Belo Horizonte de forma autônoma, sem se coligar com PT e PSB que lançaram o candidato de situação Márcio Lacerda. No entanto, mesmo com este posicionamento, não houve momento algum na campanha de Leonardo Quintão (candidato peemedebista), em que ele tenha se posicionado como *oposição* ao governo de Fernando Pimentel. Muito pelo contrário, fez questão de enaltecer os mandatos do ex-prefeito e de garantir que faria um trabalho de continuidade em relação ao que já havia sido iniciado por Fernando Pimentel. –

³⁹ Para cada resposta foi atribuída uma nota: 5 – ótimo; 4 – bom; 3 – regular; 2 – ruim; 1 péssimo. Por isso temos a variação das notas entre 5 e 1;

por isso a nota das lideranças reflete essa situação, são críticos mais não tanto ao governo do Prefeito Fernando Pimentel.

Assim, acreditamos ser notória a existência de uma proximidade entre os eleitores e os dirigentes municipais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, dado que a avaliação como ressaltamos é massivamente positiva.

Dando seqüência a comparação entre a opinião dos eleitores e lideranças, expomos a percepção de como eles classificam determinados partidos políticos – PMDB, PSDB, PT, PFL/DEM,PSB, PC do B E PDT – segundo algumas características.

Tabela 8. Percepção dos partidos políticos quanto a sua posição ideológica pelas lideranças e eleitores do PMDB em Belo Horizonte (%)

		Partidos								
		PMDB	PSDB	PT	PFL/ DEM	PSB	PC do B	PDT	Todos	Nenhum
Defende mais os ricos	Lideranças	0	57,1	0	42,9	0	0	0	0	0
	Eleitores	7,1	26,6	11,8	19,2	0	1,3	3,9	13,2	1,3
Defende mais os pobres	Lideranças	57,1	0	28,6	0	0	0	0	0	14,3
	Eleitores	4,4	10,3	41,2	0	0	7,4	2,9	0	25
É o mais de esquerda	Lideranças	0	0	28,6	0	0	71,4	0	0	0
	Eleitores	5,3	3,9	26,3	1,3	5,3	15,8	2,6	1,3	0
É o mais de direita	Lideranças	0	28,6	0	71,4	0	0	0	0	0
	Eleitores	28,9	18,4	9,2	1,3	3,9	3,9	1,3	0	0

Fonte: Lideranças - questionário elaborado pelo autor. Eleitores - Fonte: BH Barômetro. Instituto de Pesquisas Econômicas, Políticas e Sociais e Grupo de Pesquisa Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral. www.opiniaopublica.ufmg.br

Quando perguntados sobre qual partido defende os mais ricos, os líderes do PMDB se dividiram entre a escolha do PSDB (57,1%) e do DEM (42,9%), com uma leve vantagem do primeiro em relação ao segundo. Existe certa coerência nessa escolha, pois tendo seus quadros amplamente constituídos por empresários, profissionais liberais e grandes agricultores, estes dois partidos possuem uma imagem elitista perante a sociedade brasileira. O eleitorado peemedebista, por sua vez, optou em primeiro lugar pelo PSDB, com 26,6% de escolhas. Em seguida temos, na ordem, o próprio PMDB com 17,1%, o PT, com 11,8% e o DEM, com 9,2%. Note-se que a primeira escolha coincidiu em ambos, no qual o PSDB é visto como o que mais defende os mais ricos. Ao passo que a outra escolha dos líderes do PMDB, encontra respaldo em 9,3% de seus eleitores.

Com relação ao partido que defende mais os pobres, 2 líderes optaram pelo próprio PMDB, dois outros pelo PT e um por nenhum. A opção pelo PT parece se justificar na medida em que o governo Lula é marcado por um forte discurso, e por políticas, de auxílio à parcela pobre da população brasileira, ademais a história deste partido é fundamentada sob valores socialistas, o que o classifica como um partido comprometido com a promoção da igualdade social. Tal imagem é corroborada pelos eleitores *peemedebistas*. Quase 39% deles apontam o PT como partido que mais defende os mais pobres, em seguida vêm o PMDB e o PCdoB, com 22,4% e 15,8% de escolhas. Ambas as opções também são coerentes, no primeiro caso porque se trata do próprio partido em que votam, e tende-se a ser mais simpático com partidos que apóiam os mais pobres; no segundo caso por se tratar também de um partido de esquerda que, em Belo Horizonte, conseguiu firmar uma imagem, sobretudo com a candidatura de Jô Moraes em 2008, semelhante à do PT. Estas duas variáveis apresentam uma coincidência razoável entre as opiniões de eleitores e líderes do PMDB

Quanto à classificação dos partidos como de esquerda e direita temos que as lideranças tem uma opinião clara sobre quais partidos classificar – PFL/DEM como de direita e PC do B

como de esquerda – já os eleitores tem uma visão mais dispersa do assunto⁴⁰, não assumindo uma maioria considerável de classificação.

Tabela 9. Percepção dos partidos políticos quanto a sua atuação política/administrativa pelas lideranças e eleitores do PMDB em Belo Horizonte (%)

		Partidos								
		PMDB	PSDB	PT	PFL/ DEM	PSB	PCdoB	PDT	Todos	Nenhum
Tem mais políticos honestos	Lideranças	42,9	0	0	0	0	42,9	0	0	14,3
	Eleitores	42,1	6,6	2,6	1,3	1,3	2,6	1,3	0	34,2
Tem mais políticos corruptos	Lideranças	0	14,3	28,6	42,9	0	0	0	14,3	0
	Eleitores	7,9	13,2	21,1	6,6	3,9	2,6	0	31,6	0
Administra melhor o país, os estados ou as cidades	Lideranças	71,4	0	28,6	0	0	0	0	0	0
	Eleitores	39,5	13,2	21,1	2,6	0	5,3	0	0	6,6
É mais aberto à participação da população	Lideranças	100	0	0	0	0	0	0	0	0
	Eleitores	25	2,6	36,8	1,3	5,3	10,5	1,3	0	0

Fonte: Lideranças - questionário elaborado pelo autor. Eleitores - Fonte: BH Barômetro. Instituto de Pesquisas Econômicas, Políticas e Sociais e Grupo de Pesquisa Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral. www.opiniaopublica.ufmg.br

Em relação à opinião sobre qual partido tem mais políticos honestos, tivemos a respostas esperada. Por parte dos eleitores, estes consideram o PMDB como o mais honesto (42,1%). Em relação aos líderes, chama atenção o fato de não ter ocorrido unanimidade na escolha do próprio partido, já que 2 partidos alcançaram o mesmo percentual (42,9%) de mais honestos (PMDB, PCdoB). Perguntados sobre quem administra melhor a cidade, o estado ou o país, o pensamento entre lideranças e eleitores se assemelha, pois o líderes identificam o PMDB (71,4%) e os eleitores também (39,5%). Por último, temos a opinião sobre qual partido seria mais aberto à participação. Toda a executiva acredita ser o PMDB e os eleitores consideram o PT como o mais aberto (36,8%), seguido pelo PMDB (25%).

Foi solicitado aos líderes e aos eleitores que dessem nota para a confiança nas seguintes instituições: partidos políticos, Câmara dos Deputados, imprensa, TV, ONGs, empresas privadas e Igrejas.

Tabela 10: Nota média do grau de confiança nas instituições⁴¹

	Lideranças	Eleitores
Partidos Políticos	4,86	3,96
Câmara dos Deputados	5,00	3,45
Imprensa	4,14	5,49
TV	3,14	5,76
Ongs	5,86	4,83
Empresas privadas	4,29	4,89
Igreja	5,71	6,21

⁴⁰ Em artigo recente Telles e Storni (2010) discutem a percepção da escala ideológica pelo eleitorado.

⁴¹ Foi solicitado aos entrevistados que respondessem a seguinte questão: “Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nenhuma confiança e 10 significa confiança total, em que medida o (a) Sr (a) confia em cada uma destas instituições ou organizações”. Depois foi feita a média com as respostas dos entrevistados

Ao observar a média da confiança nas instituições dos eleitores e das lideranças notamos que as lideranças partidárias confiam mais nos partidos políticos do que seus eleitores, o que pode ser explicado por fazerem parte dessa instituição. O que também pode justificar a confiança na Câmara dos Deputados. Já quanto à imprensa e a TV, os eleitores se mostram mais confiantes, o que podemos encontrar explicação no fato dos líderes partidários serem “investigados” / “denunciados” por essas instituições. Já quanto às outras três instituições, temos que as lideranças confiam mais nas ong’s e na Igreja do que os eleitores, enquanto os dois segmentos se apresentam bastante desconfiados quanto a Igreja.

A próxima variável é a de posicionamento dos eleitores e das lideranças no espectro ideológico (esquerda/direita). Esta variável é mais importante na comparação proposta neste estudo, segundo a *Lei de Disparidade Curvilínea*, tomada como ponto de partida.

Tabela 11: Auto posicionamento e posicionamento do seu partido na escala ideológica Esquerda - Direita⁴²

	Auto Posicionamento	Posicionamento do PMDB
Lideranças	4,14	5,14
Eleitores	5,66	NSA

Fonte: Lideranças - questionário elaborado pelo autor. Eleitores - Fonte: BH Barômetro. Instituto de Pesquisas Econômicas, Políticas e Sociais e Grupo de Pesquisa Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral. www.opiniaopublica.ufmg.br

Como apresentado na tabela 11, na média da classificação de auto posicionamento dos eleitores e das lideranças do partido, os líderes (média = 4,14) se classificam à esquerda do eleitorado *peemedebista* (média = 5,66). E, ao mesmo tempo, classificam o próprio partido do qual fazem parte mais à direita que a sua própria opinião (média = 5,14), sendo esta mais próxima da média dos eleitores.

Estes dados são interessantes, já que Mendes e Santamaria (2001) encontram resultado parecido para o PSOE (Partido Socialista Obrero Espanhol). Esse dado pode indicar que as lideranças, ao observarem a distribuição ideológica do eleitorado, percebem que este se posiciona mais ao centro (Downs, 1999), levando o partido a se localizar o mais próximo possível do eleitor, já que ele necessita de votos para cumprir os seus objetivos.

Ao mesmo tempo, as lideranças se relacionam politicamente também com as suas bases intrapartidárias e, por isso, devem se posicionar mais próximos à elas. De acordo com May (1973), as bases intrapartidárias seriam mais ideologizadas e extremistas. Todavia, para esse caso analisado, a distribuição se mostra muito próxima a aquilo que pode ser o verdadeiro posicionamento do PMDB – partido de centro -, o que resulta em posicionamentos semelhantes entre as lideranças e os espaços internos (bases) e externos (eleitores).

E, finalmente, chegamos aos dados de comparação entre as opiniões emitidas pelas lideranças e os documentos partidários. Foram aplicados aos entrevistados cinco perguntas sobre cada uma das temáticas a serem analisadas. Para a melhor compreensão dos dados colhidos, as tabelas 12, 13 e 14 estão formatadas da seguinte forma: das possíveis 35 respostas para cada um dos índices - características de partidos, conhecimento do programa e

⁴² Foi solicitado aos eleitores e as lideranças se posicionarem na escala ideológica direita esquerda, onde a posição número 1 indicava extrema esquerda e a posição 10 indicava extrema direita. E para as lideranças foi solicitado que elas posicionassem o seu partido na mesma escala.

alinhamento com o mesmo – foi constatado quantas respostas estavam de acordo com os documentos do partido e quantas estavam em desacordo. Esses dados foram então tabulados e apresentados de forma a verificar o alinhamento entre as opiniões dos líderes partidários com as características presentes nos documentos do seu partido.

A primeira característica é quanto à tipificação do partido como de quadro ou massa, ressaltando que o PMDB se classifica formalmente como um partido de massa.

Tabela 12: Total de Respostas sobre as questões Partidos de Quadros vs. Massas		
	N	%
Respostas partidos de massa	29	83
Respostas partidos de quadro	6	17
Total	35	100

Fonte: Questionário elaborado pelo autor.

Como podemos constatar, as lideranças estão de acordo com o que prevê o programa do partido, dado que a grande maioria das respostas (83%) está de acordo com a tipificação do partido como um partido de massa. A segunda característica testada é quanto ao conhecimento das lideranças do programa do partido.

Tabela 13: Total de Respostas sobre Conhecimento do Programa		
	N	%
Conhece	28	80
Não conhece	7	20
Total	35	100

Fonte: Questionário elaborado pelo autor.

Novamente, observa-se que as lideranças possuem um bom conhecimento sobre o atual programa do seu partido, acertando 80% das proposições apresentadas pelo programa. E, por último, temos o teste de alinhamento ou não do líder com o programa do seu partido.

Tabela 14: Total de Respostas sobre Alinhamento ou não com o Programa		
	N	%
Alinhado	20	57,1
Não Alinhado	15	42,9
Total	35	100

Fonte: Questionário elaborado pelo autor.

A tabela 14 é a que apresenta os dados mais dissonantes entre as lideranças e o programa do partido. No entanto, a maioria (57,1%) das opiniões estão em acordo com o atual programa do partido. Esse dado é o que nos parece mais interessante, pois indica que apesar de conhecerem o programa do partido, as lideranças não estão completamente de acordo com ele. No entanto, isso não os leva a abandonar o partido, já que tem grande parte de suas opiniões expressadas pelo partido que dirigem.

Tendo inicialmente analisado os dados comparativos entre eleitores e lideranças, encontramos mais pontos de sintonia do que de desvios entre as opiniões coletadas, o que nos aproxima dos estudos de May (1973). Comparando a média das opiniões dos entrevistados,

destacamos o posicionamento ideológico como a principal ferramenta para constatar essa semelhança.

Como destacado durante análise dos dados, a distribuição aponta para dois fatos importantes: o de que os partidos são colocados pelas suas lideranças mais próximos da média dos eleitores, enquanto eles próprios estão mais a um extremo. Isso indica que o PMDB, por necessitar dos votos para alcançar seus objetivos é posicionado mais próximo do eleitor, como previsto por Downs, 1999. Enquanto os líderes, que também necessitam falar aos membros do partido, possuem posicionamento mais “ideologizado” como aponta Telles (2009).

Deve ser ressaltado que o estudo de May foi desenvolvido com base em partidos que disputam no interior de um sistema partidário com características específicas: sistemas bipartidários e com mecanismos de seleção de candidatos que ocorrem através de listas fechadas. Como se sabe, o legislativo brasileiro é eleito através de um sistema proporcional de listas abertas e com permissão de coligações. E, há certo consenso na literatura no sentido de precisar alguns efeitos desta combinação sobre os resultados das urnas e sobre as características do corpo legislativo.

Em sistemas proporcionais com listas abertas proporcionam estratégias centradas nas características individuais dos candidatos, além de tenderem a reduzir o peso das ideologias. Neste sentido, os candidatos são eleitos por sua proximidade com os eleitores, responsáveis por sua classificação na competição. Os líderes dos partidos inclinam-se a cuidar dos “assuntos domésticos”, isso é, são mais voltados para a organização.

Em sistemas de listas fechadas, os candidatos são candidatos porque são líderes na organização. Por isso, tendem a serem mais representativos do programa do partido do que a expressar as opiniões do eleitor. Eventualmente, isso pode levá-los a serem mais “radicais” que seus eleitores ou menos permeáveis ao eleitorado. Assim, deve ser ressaltado que, apesar dos partidos serem estruturas competitivas, o sistema e o ambiente no qual eles disputam podem ter efeitos sobre a produção de uma classe política mais distante ou mais próxima aos eleitores, mais ideológica ou mais pragmática.

Outro ponto importante é a sintonia entre a Executiva Municipal do PMDB em Belo Horizonte e os documentos do partido, analisados neste trabalho (programa e estatuto), que estavam em vigor durante a elaboração deste trabalho. Como destacamos, os líderes conhecem os documentos do partido e possuem o pensamento em sua maior parte em sintonia com estes. O que nos parece ser um indício de alinhamento entre os líderes, coesinando-os, pois partimos do pressuposto de que os documentos partidários são *a priori* documentos para os membros do partido e não para os eleitores. Já que os programas tendem a expressar a opinião dos membros que compõem o partido e não é documento para atender as opiniões dos seus eleitores, o alinhamento com os documentos do partido indica a aproximação entre estes dois polos – lideranças e membros do partido. Este achado destoa das proposições apontadas no início do artigo, pois as lideranças, que teoricamente deveriam estar em pontos distante dos seus membros e próximos dos seus eleitores, estão em um ponto de alinhamento com os dois pólos. Isso aponta para o fato de que o PMDB não é uma estrutura tão desarticulada, como esperado pelo senso comum dos analistas.

O trabalho a ser desenvolvido constituiria na aplicação de um questionário sucinto aos componentes do partido, para obter os dados a serem analisados. Seguindo exemplo de Mendez e Santamaria (2001), a convenção nacional do partido seria o melhor ambiente para a sua aplicação, já que reúnem militantes e lideranças de todo o país, o que possibilita entrevistar membros do partido de diferentes regiões e com diferentes funções no interior da organização partidária. Em consonância com esse estudo, seria necessário um estudo dos documentos partidários desde a sua fundação, para desenhar a trajetória ideológica do partido. Com o somatório desse estudo, seria permitido verificar a existência ou não de uma disparidade entre líderes e militantes.

Em suma, apesar de este estudo apontar para a semelhança entre o pensamento das lideranças partidárias com os membros do partido e os eleitores que se identificam com o partido, seria necessário estudos complementares para a sua comprovação. O PMDB – por sua grandeza numérica e sua posição central em eleições brasileiras – vide os acordos recentes no plano estadual (Minas Gerais) e no plano nacional, é um partido que merece ser analisado cuidadosamente, com o uso de teorias para além da *rational choice* e com metodologias qualitativas e quantitativas.

Referências

AMARAL, Osvaldo. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFICH). Campinas: Unicamp, 2010.

BABBIE, E. Métodos de pesquisa de *Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CARREIRÃO, Yan de Souza & KINZO, Maria D’Alva. (2004), “Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002)”. *Dados*, 47 (1): 131- 168.

DELGADO, Tarcísio. *A história de um rebelde: 40 anos, (1966 – 2006)*. São Paulo: Fundação Ulysses Guimarães, 2006.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria Econômica da Democracia*. São Paulo, São Paulo: EDUSP, 1999.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. São Paulo, São Paulo: Zahar, 1980.

ESTATUTO DO PMDB. Disponível em: <<http://www.pmdb.org.br>>. Último acesso em 07 de junho de 2010.

FERREIRA, Denise Paiva e RIBEIRO, Pedro Floriano. “O voto e a máquina: as trajetórias de implementação local de PT e (P) MDB em perspectiva comparada”. In__: BAQUERO, M. e CREMONESE, D. *Eleições Municipais de 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro*. Ijuí: Editora Ijuí, 2009.

KENNEDY, Fiachra, LYONS, Pat, FITZGERALD, Peter (2006). “Pragmatists, Ideologues and the General Law of Curvilinear Disparity: The Case of the Irish Labour Party”. *Political Studies*, 54: 786-805, 2006.

KINZO, Maria D’Alva. Os Partidos No Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *RBCS*, vol.20, n°57: pg 65-81, 2005.

_____: *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966/1979)*. São Paulo, SP: Vértice, 1988.

_____: A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo Perspectiva*. Vol.15, n.4: pp. 3-12, 2001.

KITSCHOLT, Herbert. "The Internal Politics of Parties: The Law of Curvilinear Disparity Revisited". *Political Studies*, 37 (3): 400-421, 1989.

LIPSET, S. and ROKKAN, S. "*Cleavage Structure, Party Systems and Voter Alignments*". In__: Party System and Voter Alignment. The Free Press, 1967.

MAY, John (1973). "Opinion Structure of Political Parties: The Special Law of Curvilinear Disparity". *Political Studies*, 21 (2): 135-151.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Partidos e Eleições em Belo Horizonte. *Teoria e Sociedade*, vol.2, pg 214-135. 1997.

__: Os partidos e as eleições presidenciais no Brasil. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.2, n.6, p. 6 -11, junho. 2010.

MELO, Paulo Victor Teixeira de. *O PMDB no centro do jogo político: de catch all a cartel*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

MÉNDEZ, Mónica, SANTAMARÍA, Julián. "La ley de la disparidad ideológica curvilínea de los partidos políticos: el caso del PSOE". *Revista Española de Ciencia Política*, 4: 35-69, 2001.

NICOLAU, Jairo. Disponível em: <<http://jaironicolau.iuperj.br>>. Último acesso em 07 de Junho de 2010.

__: "Os índices mais utilizados nos estudos eleitorais", In: Nicolau, J. *Sistemas Eleitorais*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

NORRIS, Pippa (1995). "May's Law of Curvilinear Disparity Revisited: Leaders, Officers, Member and Voters in British Political Parties". *Party Politics*, 1 (1): 29-47.

PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de Partido*. São Paulo, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PROGRAMA DO PMDB. Disponível em: <<http://www.pmdb.org.br>>. Último acesso em 07 de junho de 2010.

ROMA, Celso. Pragmatismo e ideologia: analisando as decisões das lideranças do PSDB. In__: TELLES, Helcimara de Souza; LUCAS, João Ignácio. *Das Ruas às Urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo*. Caxias do Sul: Educus, 2003. p. 49-78.

__ "Organizacionais de Partido en Brazil: El PT y El PSDB bajo Perspectiva Comparada". *América Latina Hoy*, 44: 153-184, 2006.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília: UNB, 1976.

TELLES, Helcimara. (2009). "El partido de los trabajadores y la red de militantes. ¿Qué piensan y en qué creen sus dirigentes y sus candidatos?" In__: ULIONOVA, Olga. *Redes Políticas y Militantes*. Santiago de Chile.

TELLES, Helcimara de Souza; STORNI, Tiago Prata. Ideologias, atitudes e decisão de voto em eleitores de direita e de esquerda. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, v. 1, p. 87-146, 2011

TELLES, Helcimara de Souza; Lourenço, Luiz; STORNI, Tiago Prata. Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. *Sociedade e Cultura*, v. 12, p. 91-116, 2009.

TELLES, Helcimara de Souza. O PT e as eleições na Câmara dos Deputados. In: Marco Antonio Villa; Vitor Amorim de Angelo. (Org.). *Uma história revisitada: o Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)*. 1ed. São Paulo: EDUFSCar - Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2009, v. 1, p. 107-148.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Último acesso em 07 de junho de 2010.

VEIGA, Luciana F.. Os partidos políticos na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, v. 13, p. 340-365, 2007.

VILLA, Marco Antonio; ANGELO, Vitor Amorim de. (Org.). *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Paulo: EDUFSCar - Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2009, v. 1, p. 107-148.

BASE DE DADOS: Eleições Municipais 2008. Instituto de Pesquisas Econômicas, Sociais e políticas e Universidade Federal de Minas Gerais.

Anexos

<i>Tabela 1: Prefeituras eleitas x Partidos</i>			
Todos os Partidos (Outubro / 2008)			
Partidos	Prefeitos	%	
PMDB	1203	21,68	
PSDB	786	14,16	
PT	557	10,04	
PP	550	9,91	
DEM	496	8,94	
PTB	418	7,53	
PR	383	6,90	
PDT	344	6,20	
PSB	311	5,60	
PPS	131	2,36	
PV	76	1,37	
PSC	60	1,08	
PRB	54	0,97	
PMN	43	0,77	
PC do B	40	0,72	
PRP	16	0,29	
PTN	15	0,27	
PSL	15	0,27	
PHS	13	0,23	
PTC	12	0,22	
PRTB	11	0,20	
PT do B	8	0,14	
PSDC	8	0,14	
TOTAL	5550	100,00	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

<i>Tabela 2: Total e Percentual de Cadeiras Obtidas pelos Partidos nas eleições de 2006</i>		
Partido	N	%
PMDB	89	17,3
PT	83	16,2
PSDB	66	12,9
PFL	65	12,7
PP	41	8,0
PSB	27	5,3
PDT	24	4,7
PL	23	4,5
PTB	22	4,3
PPS	22	4,3
PV	13	2,5
PCdoB	13	2,5
PSC	9	1,8
PMN	3	0,6
PSOL	3	0,6
PTC	3	0,6
PHS	2	0,4
PRONA	2	0,4
PTdoB	1	0,2
PAN	1	0,2
PRB	1	0,2
TOTAL	513	100

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE

<i>Tabela 3: Consulta Filiação Partidária Pesquisa Brasil</i>		
Todos Partidos Outubro / 2008		
Partido	Eleitores	%
Não filiado	117.911.320	90,437
PMDB	2.063.793	1,583
PP	1.264.600	0,970
PSDB	1.189.202	0,912
PT	1.161.375	0,891
PTB	1.029.425	0,790
PDT	1.017.059	0,780
DEM	1.001.820	0,768
PR	718.192	0,551
PSB	419.800	0,322
PPS	407.990	0,313
PSC	265.251	0,203
PV	250.085	0,192
PC DO B	237.892	0,182
PMN	184.259	0,141
PRB	179.276	0,138
PRP	177.377	0,136
PSL	158.631	0,122
PTC	137.316	0,105
PSDC	131.207	0,101
PT DO B	124.772	0,096
PHS	106.072	0,081
PTN	92.680	0,071
PRTB	87.373	0,067
PSOL	29.969	0,023
PCB	15.819	0,012
PSTU	13.175	0,010
PCO	3.077	0,002
TOTAL	130.378.807	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE

Tabela 4: Diferença entre Cadeiras Obtidas nas eleições de 2004 e 2008 – Câmara Municipal de Belo Horizonte

Partidos	Vereadores 2004	Variação	Vereadores 2008
PT	7	-1	6
PPS	4	-2	2
PL	3	-3	0
PSB	3	-1	2
PSDB	3	0	3
PTB	3	-1	2
PTC	3	-1	2
PDT	2	0	2
PHS	2	0	2
PMDB	2	+2	4
PTN	2	-2	0
DEM (PFL)	1	0	1
PAN	1	-1	0
PC do B	1	0	1
PMN	1	+2	3
PRTB	1	-1	0
PSC	1	0	1
PV	1	+1	2
PR	0	+1	1
PRB	0	+1	1
PRP	0	+2	2
PSL	0	+2	2
PT do B	0	+2	2

Fonte: TSE.